JOÃO SANTA TERRA JÚNIOR

**A organização criminosa Primeiro Comando da Capital:
análise das consequências penais da existência do PCC**

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Associada Dra. Janaína Conceição Paschoal

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2017

JOÃO SANTA TERRA JÚNIOR

**A organização criminosa Primeiro Comando da Capital:
análise das consequências penais da existência do PCC**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, sob a orientação da Professora Associada Dra. Janaína Conceição Paschoal.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2017

Nome: SANTA TERRA JÚNIOR, João

Título: A organização criminosa Primeiro Comando da Capital: análise das consequências penais da existência do PCC

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À família, fonte maior de força e esperança nos momentos de insegurança, de resguardo e amparo em face das vulnerabilidades cotidianas, e de equilíbrio e razão diante da multiplicidade de vicissitudes emanadas da hodierna proliferação de informações responsáveis pelo incremento da sensação de individualismo e de materialismo.

AGRADECIMENTOS

Por mais que o trabalho acadêmico, na essência da pesquisa e da escrita, represente um atuar individual, o término do seu árduo percorrer é o momento da certeza de que a conquista final não é resultado de uma obra solitária. Corresponde a um verdadeiro concurso de pessoas, irmanadas em prol da sedimentação do ambiente seguro e da outorga do fomento necessário ao campo das ideias e ao raciocínio jurídico. Os agradecimentos são, portanto, consequência lógica dessa conclusão.

À Van e à Lolo, mais do que a minha gratidão, meu eterno amor, respeito e admiração por suportarem não apenas a ausência do marido e do pai, mas, também, as etapas de insegurança, irritação, cansaço e angústia, inerentes ao imprescindível mergulho introspectivo no estudo e nas reflexões que possibilitaram o nascimento desta dissertação. Lolo, com o seu intenso carinho e plena candura, recomfortou a mente exausta por meio do amolecer do coração. E Van, pelo constante companheirismo, afeto e paciência, alicerçou e manteve a dedicação propiciadora deste sonhado retorno aos bancos acadêmicos.

Aos meus pais, pelo eterno incentivo ao estudo, à retidão e à busca da Justiça, bem como pela cotidiana demonstração de amor e cumplicidade mútua. No exemplo de vocês encontro o aprendizado para, a cada dia, tentar ser, ainda que com passos reduzidos, uma pessoa melhor.

À professora Janaína Conceição Paschoal, pela concessão da honra de ingresso no programa de pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, por toda imensa dedicação na orientação atenciosa, lúcida, embasada e respeitosa, e, principalmente, por servir de exemplo de luta incansável em prol de um país mais digno, justo e ético.

Às professoras Eloísa de Souza Arruda e Ana Elisa Liberatore Silva Bechara, pelos ensinamentos externados na etapa da apresentação do projeto de qualificação, que tanto contribuíram para a evolução e maturação deste trabalho.

Aos colegas que, nestes últimos anos, compartilharam prazerosos momentos em sala de aula, com rotineiras trocas de ideias e partilha dos anseios e das dificuldades comuns a essa etapa da vida.

À Procuradoria-Geral de Justiça e ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, pela concessão da autorização para a frequência no programa de pós-graduação, bem como aos colegas do Ministério Público do Estado de São Paulo, pelo compartilhamento de conhecimentos e de informações que tanto elucidaram os meandros fáticos e dogmáticos dos temas aqui abordados.

Aos atenciosos e dedicados servidores da Biblioteca Cesar Salgado, que tanto colaboraram para o acesso a muitos dos textos e das obras imprescindíveis ao desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, a todos aqueles servidores, agentes, policiais e responsáveis, de qualquer forma, pelo enfrentamento à criminalidade organizada, atuando nas sombras do serviço de inteligência, distantes dos holofotes e do reconhecimento público de seus inesgotáveis méritos laborais, ou responsáveis pelo heroico embate nas ruas, o agradecimento de um cidadão que reconhece nas atividades que desempenham fonte de consagração da função protetora estatal por meio da justa tutela penal.

“O trabalho, pois, vos há de bater à porta dia e noite; e nunca vos negueis às suas visitas, se quereis honrar vossa vocação, e estais dispostos a cavar nos veios de vossa natureza, até dardes com os tesoiros, que aí vos haja reservado, com ânimo benigno, a dadivosa Providência. Ouvistes o aldrabar da mão oculta, que vos chama ao estudo? Abri, abri, sem detença. Nem, por vir muito cedo, lho leveis a mal, lho tenhais à conta de importuna. Quanto mais matinas essas interrupções do vosso dormir, mais lhas deveis agradecer.”

Oração aos moços, Rui Barbosa.

RESUMO

SANTA TERRA JÚNIOR, João. *A organização criminosa Primeiro Comando da Capital: análise das consequências penais da existência do PCC*. 2017. 354 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A partir da demonstração da presença, no fenômeno criminológico autodenominado Primeiro Comando da Capital, de todos os elementos típicos reclamados pela lei 12.850/2013 para o reconhecimento de uma organização criminosa, objetiva-se, com este trabalho acadêmico, o emprego de uma análise dogmático-penal das diversas modalidades de condutas que, de alguma forma, colaboram para o seu fomento e a sua sustentação estrutural e finalística, em prol do alcance do embasamento teórico hábil à justa responsabilização criminal dos seus integrantes e colaboradores. Preliminarmente, será realizado um recorte conceitual a respeito da terminologia “facção criminosa”, à qual se entende pertencer o Primeiro Comando da Capital. Será, também, empreendido um estudo concernente às suas origens, por se entender pertinente à compreensão do raciocínio desenvolvido para o atingimento das conclusões finais. Em consequência do reconhecimento da ilicitude associativa desse agrupamento de pessoas, serão analisadas questões marcadas por uma colisão de valores constitucionais decorrentes da imprescindibilidade de proteção da sociedade nesse contexto fático e da necessidade de preservação de direitos individuais afetados pelo exercício dessa prestação estatal. Também em razão da demonstração da ausência de licitude na finalidade associativa, será realizado um estudo constitucional almejando embasar as seguintes conclusões: ausência de reconhecimento do direito inerente às associações para tal agrupamento de pessoas; sedimentação da segurança como direito fundamental do ser humano que escora as ações preventivas e repressivas estatais em face dos danos ocasionados pelas ações ilícitas dessa facção criminosa; e a necessidade de emprego da tutela penal como uma das vias imprescindíveis à proteção individual e coletiva contra tais mazelas. Por fim, como salientado, serão estudados aspectos legislativos e teóricos, bem como casos concretos já apreciados pelo poder judiciário, concernentes às organizações criminosas, necessários para o embasamento fático e jurídico da aplicação das teorias do concurso de pessoas às diversas modalidades de condutas colaborativas à manutenção da existência ilícita do Primeiro Comando da Capital, com relevo para a teoria do domínio da organização.

Palavras-chave: Primeiro Comando da Capital. Organização criminosa. Facção criminosa. Direito fundamental à segurança. Concurso de pessoas. Teoria do domínio da organização.

ABSTRACT

The criminal organization Primeiro Comando da Capital: analysis of the criminal consequences of the existence of PCC. 2017. 354 f. Dissertation (Master's degree). Law School, University of São Paulo, São Paulo 2017.

Based on this sample, in the criminological phenomenon self proclaimed Primeiro Comando da Capital, of all of the typical elements invoked by the law 12.850/2013 for the recognition of a criminal organization, it is aimed at, with this academic work, the job of a criminal dogmatic analysis of the several modalities of conducts that, in some way, they collaborate for its fomentation and structural, in order to reach theoretical basis to criminal accountability of their members and collaborators. Foremost a conceptual cutting will be accomplished regarding the terminology "criminal faction", to which one understand to belong the Primeiro Comando da Capital. It will be, also, undertaken a study regarding their origins, for understanding the reason developed for reaching of the final conclusion. As a consequence of the recognition of the associative illicitness of that grouping of people, subjects will be analyzed marked by a collision of current constitutional values of the indispensability of protection of the society in context and of the need of preservation of affected individual rights from the state. Also in reason of the demonstration of the licitness absence in the associative purpose, a constitutional study will be accomplished longing for to base the following conclusion: recognition absence of the inherent right to the associations for such grouping of people; sedimentation of the security as the human being's major right that braces the preventive and repressive actions state in face of the damages caused by the illicit actions of that criminal faction; and the need of job of the penal protection as one of the indispensable roads to the individual and collective protection against such sore spots. Finally, as pointed out, they will be studied legislative and theoretical aspects, as well as real cases already appreciated by the judiciary power, concerning to the criminal organizations, necessary for the basis and juridical of the application of the theories of the multiple crimes offenders to the several modalities of collaboratives conducts to the maintenance of the illicit existence of the Primeiro Comando da Capital, with relief for the theory of the domain of the organization.

Keywords: Primeiro Comando da Capital. Criminal organization. Criminal faction. Fundamental right to security. Multiple crimes offenders. Theory of the domain of the organization.

A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA
PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL:
análise das consequências penais da existência do PCC

SUMÁRIO

Introdução.....	14
Apontamentos acerca da metodologia empregada.....	24
Capítulo 1. Premissas terminológicas, carcerárias e históricas.....	30
1.1. Delimitação terminológica: facção criminosa e organização criminosa..	30
1.2. Vingança pública, omissões estatais e o surgimento das facções criminosas.....	37
1.3. Antecedente histórico correlato: o Comando Vermelho.....	57
Capítulo 2. A Expansão Territorial, Social e Política “Extramuros”	73
2.1. Omissões estatais sociais como elemento facilitador da sedimentação da expansão.....	76
2.2. As associações mafiosas como parâmetro de estudo para as técnicas empregadas pelo Primeiro Comando da Capital para conquista e dominação populacional, territorial e política no ambiente externo aos cárceres.....	87
2.2.1. O ingresso pelo “batismo” e o uso de códigos.....	93
2.2.2. O emprego da violência para dominação territorial e humana...	97
2.2.3. Práticas homicidas e sua autorização interna.....	100
2.2.4. A “lei do silêncio” (<i>omertà</i>).....	102
2.2.5. A prestação de favores para manutenção do controle social e territorial.....	103
2.2.6. O narcotráfico como fonte de fomento das finalidades associativas.....	108
2.2.7. O retorno ao uso da comunicação pessoal e dos <i>pizzini</i>	110
2.2.8. A simbiose com o poder público.....	112
2.2.9. Aprendizado com o passado (ainda presente) mafioso.....	115

2.3. A evolução tecnológica das comunicações, o desenvolvimento organizacional do Primeiro Comando da Capital e as consequentes colisões de direitos fundamentais.....	119
--	-----

Capítulo 3. Reflexos jurídicos da mutabilidade finalístico-associativa do Primeiro Comando da Capital.....	152
--	-----

3.1. Análise do resguardo constitucional para a associação de pessoas e ponderações sobre a sua aplicabilidade para o Primeiro Comando da Capital.....	152
3.2. O dever de proteção estatal em face das consequências da mutação da finalidade associativa do Primeiro Comando da Capital.....	163
3.3. O direito à segurança como fator condicionante da ação estatal em face das finalidades ilícitas associativas do Primeiro Comando da Capital.....	165
3.4. O direito Penal como mecanismo de proteção estatal em face das finalidades ilícitas associativas do Primeiro Comando da Capital.....	187
3.5. Encruzilhada fático-consequencial: o reconhecimento das ilicitudes nas ações do Primeiro Comando da Capital, a necessidade da tutela penal protetora e as mazelas do cárcere.....	205

Capítulo 4. Reflexos penais do reconhecimento do Primeiro Comando da Capital como organização criminosa.....	217
--	-----

4.1. A sucessão de leis penais no tempo e a evolução da conceituação normativa de organização criminosa e da sua tipificação penal.....	220
4.1.1. A necessidade de legitimação normativa da difícil conceituação de organização criminosa.....	222
4.1.2. A atual normatização brasileira do conceito de organização criminosa e o seu trato em legislações estrangeiras.....	238
4.1.3. O crime de “participar ou integrar organização criminosa”.....	248
4.2. O Primeiro Comando da Capital como organização criminosa armada.....	255
4.3. A responsabilização penal do integrante e do colaborador do Primeiro Comando da Capital.....	275

4.3.1. A sucessão de lei penal no tempo e o enquadramento típico das condutas do colaborador e do integrante do Primeiro Comando da Capital.....	278
4.3.2. A subsunção das condutas do integrante e do colaborador do Primeiro Comando da Capital à modalidade típica do artigo 2º, da lei 12.850/2013.....	280
4.3.3. As atividades dos integrantes e dos colaboradores do Primeiro Comando da Capital e o conflito aparente de tipos penais plurissubjetivos.....	301
4.3.4. A responsabilização penal da cúpula do Primeiro Comando da Capital com base no domínio da organização.....	310
Conclusão.....	325
Referências Bibliográficas.....	337

INTRODUÇÃO

A presente investigação tem por escopo um estudo a respeito do moderno fenômeno sócio criminológico autodenominado Primeiro Comando da Capital – PCC, dando relevo para as suas expressões no ambiente externo ao seu reduto de surgimento, ocasionadoras de diversos reflexos na ordem jurídico-penal.

Permeada por questões atinentes à globalização, em especial dos meios de comunicação e do trânsito de valores e bens, a criminalidade organizada é tema extremamente atual que transcende a relevância nacional, sendo objeto de reflexões, questionamentos, discussões e mapeamento por todo o globo.

Contudo, apesar de atual, a problemática arrasta-se e incrementa-se há décadas, insolúvel, representando, por suas inúmeras facetas (desde as tradicionais máfias italianas, a *Cosa Nostra*, a *Camorra* e a *N'drangheta*, os cartéis de drogas da América do Sul, como de Medellín e de Cali, as rígidas organizações orientais, como a Yakuza e a Tríade Chinesa, as nascidas no interior do ambiente prisional, como o Comando Vermelho, até aquelas decorrentes da espúria simbiose entre os interesses econômicos e as ilícitas pretensões daqueles que ocupam cargos públicos), verdadeira ameaça ao alicerce no qual nossa sociedade moderna foi sedimentada, dos direitos e das garantias do Estado Democrático e Social de Direito.

De fato, da associação ilícita de pessoas decorre a união de esforços para a consecução de atividades ofensivas a bens jurídicos de extrema relevância social; em consequência do maior volume de condutas empregadas para os fins ilícitos, há a potencialização da capacidade de geração de danosidade social; e, da complexa estruturação material, técnica, financeira e humana, decorre inequívoco incremento na dificuldade de aparelhamento estatal para o seu enfrentamento.

Ademais, seja em razão do crescimento constante do poderio bélico das organizações criminosas, ou por terem abocanhado significativo fragmento da economia informal (e ilícita) da atualidade, ou, ainda, por estarem, cada vez mais, imiscuídas no seio do próprio Estado, demandam particular e detalhada atenção dos órgãos públicos, que, em diversos aspectos, vêm perdendo espaço social e, até mesmo, jurisdicional,¹ para os “soldados” e comandantes dos grupos ilícitos.

Tomando como verdadeiras tais premissas e afunilando o objeto de análise à realidade brasileira, constata-se que, nas últimas décadas, afloraram e ganharam notoriedade duas espécies de estruturas delituosas organizadas: as ramificadas no ambiente político-econômico e aquelas embrionárias do sistema penitenciário. Este último fenômeno criminal será o objeto de estudo deste trabalho, centrado na análise das consequências jurídicas do desenvolvimento das atividades que dão sustentação financeira e fomentam a expansão territorial e humana, há mais de duas décadas, da facção autodenominada Primeiro Comando da Capital (PCC).

Nessa ótica específica, ou seja, do surgimento de facções criminosas nos moldes do Primeiro Comando da Capital – PCC, originadas no interior de estabelecimentos prisionais, verifica-se no Comando Vermelho (CV), do Rio de Janeiro, importante embasamento histórico revelador de fatos comuns ao desenvolvimento desta espécie de criminalidade: desde as causas e o fomento do seu nascimento no presídio de Ilha Grande (que, em parte, comunicam-se com a realidade paulista), passando pelas bases de sustentação eficaz da disseminação ideológica no ambiente prisional, pelas técnicas empregadas para a expansão

¹ Uma das características das organizações criminosas é a estruturação organizada de seus integrantes com o controle de seus atos e também das comunidades nas quais estão ramificadas. Para a manutenção de tal estrutura e do referido controle são elaborados estatutos, verdadeiros modelos de condutas, regramentos tácitos ou expressos, porém, específicos, que tanto disciplinam a atuação de seus membros, como estabelecem sanções para aqueles que descumprem tal “normatização”. Ocorre que, para a consagração desse controle, de nada adiantaria a criação de norma de conduta que, caso descumprida, não implicasse na consequente submissão à necessária coerção para a materialização do “dever ser” nela contido. Nesse contexto desponta-se a realidade operacional do Primeiro Comando da Capital – PCC, com o manejo de “tribunais” para alcance de soluções, pelos seus integrantes e comandantes, aos problemas da comunidade dominada, atuando eles, portanto, como verdadeiros substitutos ilícitos ao monopólio Estatal da tutela criminal constitucionalmente estabelecido.

extramuros, até o alcance da similar finalidade ilícita associativa atual, consubstanciada na inequívoca mutação dos propalados ideais que nortearam a conquista do território interno prisional.

Com relação ao Primeiro Comando da Capital, o ideal humanista fomentador da sua fundação revela-se na luta em prol dos direitos da população carcerária, expandindo-se após o massacre de cento e onze detentos da Casa de Detenção de São Paulo, o “Carandiru”, e sedimentando-se a partir do Anexo da Casa de Detenção de Taubaté. Essa tônica de contraposição à repressão estatal manifestada no ambiente prisional permeia toda a história documentada do PCC e até os dias atuais está presente nos discursos daqueles que são identificados como seus expoentes, assim como em diversas análises acadêmicas.

Ocorre que, se a absurda precariedade do sistema penitenciário ainda é palco fértil para o desenvolvimento de análises antropológicas, sociológicas e jurídicas a respeito do comportamento dos detentos, a evolução dessa associação de pessoas, com o prolongamento do “comando”² para o ambiente externo aos muros dos presídios, a disseminação de seus códigos de condutas para diversos rincões do Brasil, a estratégia de tomada de território urbano, favorecida pelas omissões estatais na outorga dos direitos sociais básicos, e, principalmente, o empreendedorismo delituoso, consolidado pela consecução de graves crimes como o narcotráfico, sequestro, tráfico de armas de fogo e homicídio, são realidades que permeiam a nossa sociedade hodierna e que não guardam a mesma correlação ideológica com aquele alicerce solidário representado pelo lema herdado do Comando Vermelho: “Paz, Justiça e Liberdade”.

² A nomenclatura do PCC, com a utilização das palavras “primeiro” e “comando”, revela não apenas o protagonismo das ações desse grupo no território paulista, mas o ideal de dominação, de início disseminado por todo o sistema carcerário, depois espalhado para as localidades periféricas dos grandes centros urbanos (aquelas que não receberam do Estado as condições mínimas para o desenvolvimento de uma vida digna), com o emprego de duas estratégias: pela sedução da população por meio de promessas de fácil alcance a vantagens indevidas, eficaz ferramenta para arregimentar cada vez mais seguidores; e pelo fornecimento de serviços e favores que servirão de moeda de troca para a manutenção da “lei do silêncio”, tão importante para o sucesso das ilícitas empreitadas criminosas naquelas áreas, em especial o narcotráfico.

Ademais, se tal espécie de criminalidade organizada (que denominaremos, ao longo do trabalho, de facção criminosa), não é um fato social recente e, muito menos, é exclusividade do Estado de São Paulo, desde que o Primeiro Comando da Capital decidiu romper com o silêncio imposto pelo governo paulista (com a negação da sua existência),³ por meio da deflagração simultânea de dezenas de rebeliões em estabelecimentos prisionais e com a ostentação dos seus elementos identificadores (“1533” e “PCC”), diversas e intensas foram as ofensivas delituosas perpetradas e que sedimentaram, em toda a população, a certeza da capacidade organizativa de seus membros, bem como da potencialidade lesiva daquela facção.

Em 2006 a sociedade paulista assistiu, nas ruas dos mais diversos centros urbanos, à revelação do poderio bélico do Primeiro Comando da Capital,⁴ e, do dia para a noite, a população do ambiente extramuros, aterrorizada, foi feita refém daquela inserida no sistema prisional: ordens de ataques partiram das lideranças dessa facção criminosa voltadas contra a vida e a integridade física de agentes dedicados à segurança pública, contra o patrimônio de empresas privadas e contra o patrimônio público (basta relembrar que bomba de enorme poderio explosivo foi lançada na entrada principal do prédio sede do Ministério Público, a poucos metros do histórico edifício da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo).

³ LUIZ ROBERTO UNGARETTI DE GODOY afirma que profissionais ligados aos altos escalões da segurança pública do Estado de São Paulo negavam a existência do PCC como uma organização criminosa, “uma vez que não se passava de um grupo que apenas era conhecido como uma “facção” criminosa que praticava pequenos delitos e rebeliões em presídios, e não oferecia risco à sociedade, pois era uma “organização falida”, conforme trecho da entrevista concedida pelo Delegado de Polícia Civil, Godofredo Bittencourt, ao jornal *Folha de São Paulo*: “Em 2002, após a divulgação pelo Deic de um organograma da facção – na qual Marcola aparecia no topo da hierarquia, Bittencourt afirmou, em tom de ironia e vitória, que o PCC era uma ‘organização falida’” (*Crime Organizado e seu tratamento jurídico penal*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2011, p. 102).

⁴ A mesma população paulista que já tinha se surpreendido, em 18 de fevereiro de 2001, com a megarebelião que envolveu vinte e nove estabelecimentos prisionais e revelou a capacidade de organização estrutural e de disseminação de ordens das lideranças dos detentos, presenciou o despreparo estatal para prevenir situações daquela monta e viu escancarada a sigla PCC para o Brasil, contrariando as tentativas das autoridades paulistas ligadas à segurança pública de camuflar a existência daquela associação de presos.

Uma década depois daquele mês de maio sangrento⁵ o Estado não mais nega a existência do Primeiro Comando da Capital, tarefa que seria mesmo impossível em face da hegemonia alcançada por tal facção no interior dos presídios paulistas e do sucesso das técnicas de expansão extramuros que acarretou imenso controle de atividades delituosas lucrativas, em especial nas áreas urbanas periféricas por ela controladas, constatações alcançadas pela análise das seguintes premissas: (a) desde a sua criação o PCC dizimou as outras facções criminosas que estavam ramificadas nos presídios paulistas; (b) criou laços umbilicais com outras organizações criminosas armadas estruturadas a partir de outros Estados; (c) plantou células de atuação criminosa nos presídios de diversos Estados Brasileiros;⁶ (d) ramificou sua atuação delituosa para países vizinhos, em especial os grandes produtores de entorpecentes; (e) estruturou-se como verdadeira empresa do crime, com funções hierarquizadas, estatutos organizacionais, regras de condutas de seus integrantes e capital próprio; (f) potencializou o tráfico de drogas e de armas de fogo; (g) blindou seu patrimônio, ocultando-o, com o emprego de ilícitas manobras caracterizadoras de lavagens de capitais.

Nesse contexto, importante premissa a ser discutida repousa nas conclusões concernentes às razões pelas quais o PCC tanto se difundiu nos locais externos ao cárcere, especificamente nas áreas de maior omissão estatal. Ainda que não seja uma realidade específica desse grupo criminoso (pelo contrário, é uma constante não apenas nas organizações criminosas nascidas no seio dos estabelecimentos prisionais, mas, em diversas outras também, como as mafiosas), o reconhecimento da existência de um contexto urbano e político fomentador da estruturação do ambiente propício à arregimentação de novos integrantes, à manutenção da “lei do silêncio” e à blindagem das atividades

⁵ O emprego dessa denominação não decorre somente das ofensivas de integrantes e simpatizantes do Primeiro Comando da Capital, mas também da reação das forças policiais, do que resultou um saldo de centenas de mortos, naquele que certamente representou um dos mais caóticos episódios da segurança pública paulista.

⁶ De fato, o PCC longe está de representar uma questão de segurança pública somente para o Estado Paulista, uma vez que, pelo seu agigantamento, hoje se constata que São Paulo o “exportou” para todos os Estados do Brasil e também para alguns países da América do Sul.

ilícitas, é relevante passo para a exposição da situação de sujeição que a população de tais localidades está exposta e, em consequência, para a demonstração da imprescindibilidade de adoção de imediatas medidas para a outorga de serviços públicos capazes de levar a dignidade a essas áreas.

Tais premissas impulsionam também outra conclusão: que o estudo do Primeiro Comando da Capital não pode mais ser relegado aos corredores dos órgãos responsáveis pela persecução criminal e, no âmbito acadêmico, à observação de suas estratificações somente no ambiente interno dos estabelecimentos prisionais. Há tempos constata-se que a expansão do Primeiro Comando da Capital para fora do espaço territorial do seu surgimento é representativa da sua mutação ideológica, consubstanciada no domínio das atividades ilícitas em espaços urbanos, em especial naqueles abandonados pelo Estado. Assim, o inicial estudo a respeito das raízes fáticas e ideológicas do Primeiro Comando da Capital possui enorme importância para a posterior confrontação com a coleta de material probatório a respeito do desenvolvimento das suas atividades no ambiente externo aos presídios.

No tocante à expansão territorial, social e política do Primeiro Comando da Capital no ambiente exterior aos presídios, além da correlação entre as omissões sociais estatais e o fomento desse fenômeno, são analisadas as técnicas empregadas para o sucesso expansionista. Para tanto, dois serão os nortes: (i) um estudo comparativo com a espécie de organização criminosa que mais influenciou a atual configuração mundial do enfrentamento à tal espécie de criminalidade, as máfias tradicionais italianas, com foco específico nas técnicas empregadas para a conquista territorial, humana e política; e (ii) a demonstração de que o PCC aproveitou-se da evolução tecnológica das comunicações para expandir suas atividades extramuros, com análise de diversas questões constitucionais e criminais identificadas no uso de aparelhos celulares no interior de estabelecimentos prisionais.

A apresentação do choque decorrente dessa confrontação entre a expansão externa aos cárceres e as propaladas raízes ideológicas do nascimento

da facção, objetivará demonstrar a transmutação da inicial alegada licitude da associação de pessoas para a ilicitude reveladora da identificação de todos os atuais elementos típicos normativos configuradores de uma organização criminosa.

Superada a demonstração da expansão das atividades do Primeiro Comando da Capital no ambiente exterior aos presídios, serão abordados temas identificados a partir do reconhecimento da ilicitude no desempenho das suas funções: análise da existência de resguardo constitucional para a associação de pessoas e ponderações sobre a sua aplicabilidade para o PCC; apontamentos acerca do dever de proteção estatal decorrente das consequências da mencionada mutação da sua finalidade associativa; o direito à segurança como fator condicionante da ação estatal em face das atividades lesivas daquela facção, e o papel do direito penal como mecanismo de proteção estatal para tanto.

Tendo como premissa a constatação de que o problema analisado é multifacetado tanto nas suas origens, como nas circunstâncias que garantem a sua constância temporal, o que gera o reconhecimento da imprescindibilidade de adoção de plúrimas tutelas estatais para o seu enfrentamento, bem como o reconhecimento de serem exponenciais as lesões decorrentes das ações das associações delituosas aos bens jurídicos mais caros ao ser humano, que exigem do Estado pronta intervenção penal, será desenvolvido raciocínio para subsunção do Primeiro Comando da Capital ao atual regramento jurídico disciplinador dos elementos essenciais ao reconhecimento de uma organização criminosa

Assim, a pesquisa encontrará seu ponto nevrálgico na correlação entre a comprovação da atual ilicitude dessa associação de pessoas e a existência de respaldo típico em estatuto criminal repressivo, do que deriva a importância da análise da necessidade da incidência da tutela penal não apenas para as condutas daqueles que, cientes dos ditames operacionais e estruturais do Primeiro Comando da Capital, o integram e com ele colaboram, mas, principalmente, para os responsáveis pela criação das rígidas normas

comportamentais, estruturais e de subsistência dessa facção criminosa, típicos centros decisores condensadores do comando do aparato organizado de poder.

Nesse contexto, vale constatar que, assim como o PCC enfrentou processo de maturação e disseminação estrutural e territorial, nas últimas duas décadas nosso ordenamento jurídico-penal também atravessou processo de sedimentação normativa referente à disciplina da criminalidade organizada: de início a lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, ainda que sem apresentar definição de crime organizado, dispunha sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas, que foi pontualmente modificada, em 2001, pela lei nº 10.210, para permitir o emprego de novas técnicas de investigação (captação e interceptação ambientais e infiltração de agentes); no ano 2000 ocorreu importante passo para o início de uma sistematização internacional no combate às organizações criminosas, a assinatura, pelo Brasil, na Itália, da Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo), somente promulgada em 12 de março de 2004, pelo decreto nº 5.015,⁷ inserindo, pela primeira vez no ordenamento jurídico pátrio, a conceituação de “grupo criminoso organizado”; em 2012, entre as medidas previstas na lei nº 12.694 destinadas à segurança de magistrados e promotores de justiça, previu-se a criação de órgãos jurisdicionais colegiados para decisões relativas a crimes praticados por organizações criminosas, com a inserção, em seu artigo 2º, da definição dos elementos configuradores de uma organização criminosa; e, em 2013, a lei nº 12.850 trouxe ampla sistematização normativa a respeito do tema, estabelecendo regramentos para a investigação e os meios de obtenção da prova em demandas relativas à criminalidade organizada, criando novos tipos penais específicos a este ambiente delituoso, com destaque para a incriminação da conduta de promover, constituir,

⁷ A Convenção de Palermo contém três protocolos adicionais também promulgados pelo Brasil: um consagrado no decreto nº 5.017, de 12/03/2004, relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças; outro encampado pelo decreto nº 5.016, de 12/03/2004, referente ao combate ao tráfico de migrantes por via terrestre, marítima e aérea; e o último promulgado pelo decreto nº 5.941, de 26/10/2006, contra a fabricação e o tráfico ilícito de armas de fogo, suas peças e componentes e munições.

financiar ou integrar organização criminosa, além de estabelecer novo rol de elementos configuradores de uma organização criminosa.

E, a partir da sedimentação na legislação infraconstitucional da conceituação de crime organizado e da expressa tipificação das condutas de integrar ou colaborar para uma organização criminosa, identificam-se os pilares normativos justificadores da atual relevância acadêmica da análise do aparato organizado de poder que propiciou a vertiginosa expansão das atividades (ilícitas) empreendidas em nome do Primeiro Comando da Capital, especialmente se comprovado que aquelas bases libertárias inicialmente motivadoras da criação dessa associação de pessoas evaporaram com a expansão para ambientes longínquos aos muros dos presídios, e que é claramente constatada a mutação desses fins associativos para outros inequivocamente criminosos, revelados pela incansável perseguição ao capital fruto das práticas delituosas, em especial o tráfico de drogas.

Nesse ponto, o estudo será estruturado para a identificação das diversas modalidades de condutas realizadas tanto no seio do Primeiro Comando da Capital, como em áreas periféricas, porém, inequivocamente fomentadoras do alcance das suas finalidades associativas, e para a análise das hipóteses de responsabilização criminal com base na atual configuração típica do delito de “organização criminosa”, do artigo 2º, da lei 12.850/2013. Aqui serão enfrentados problemas decorrentes da mutação da construção típica, com a eleição, à categoria de elementos nucleares, de condutas que, pelo enquadramento anterior (realizado no artigo 288, do Código Penal), poderiam, com maior tranquilidade dogmática, serem consideradas colaboração exterior à associação delituosa. Imputa-se relevante tal abordagem em razão da precariedade de estudo a respeito da exata subsunção típica das diversas modalidades de condutas passíveis de responsabilização no âmbito do Primeiro Comando da Capital, bem como da constatação de divergências interpretativas relativas à análise do concurso de pessoas nessa seara, inclusive com repercussões em caso concreto levado à apreciação do poder judiciário.

Comprovando-se que o Primeiro Comando da Capital apresenta-se como um aparato organizado de poder, reconhecido pela constatação da ilicitude nas atividades perpetradas no ambiente extramuros, gerenciadas por rígida célula decisória responsável pela criação das diretrizes e das normativas informais que servem de verdadeira sustentação a toda organização, que asseguram, a tal cúpula, o controle finalístico, temporal e espacial das principais atividades (ilícitas) e conferem, aos seus executores, reconhecida fungibilidade na ocupação funcional no seio da própria organização, será invocada a construção doutrinária de CLAUS ROXIN, a teoria do domínio da organização, para justificar a responsabilidade penal dos integrantes alocados no topo da hierarquia funcional do Primeiro Comando da Capital.

A eleição desse tema decorre da sua compreensão como a mais relevante consequência jurídico-penal decorrente do reconhecimento da existência do Primeiro Comando da Capital, conclusão que se justifica pela sua importância dogmática, uma vez que diversos casos envolvendo a criminalidade organizada na atualidade demandam o exato entendimento dessa evolução da teoria do domínio do fato para uma segura aplicação processual, e, conseqüentemente, finalística em termos de responsabilização penal, vislumbrando-se, assim, no seu emprego – hoje precário no âmbito do PCC –, crucial ferramenta para efetividade da tutela penal.

Em resumo, a proposta de estudo reside em, a partir da demonstração de que, nos dias atuais, o Primeiro Comando da Capital, no desenvolvimento de suas atividades extramuros, é bélico, dissimulado, normatizado, estruturado, lucrativo e, principalmente, imiscuído em diversas realidades infracionais, identificar as circunstâncias que acarretam a sua adequação normativa a todos os requisitos legais representativos de uma organização criminosa e, na sequência, aprofundar o estudo atinente à subsunção típica das condutas destinadas à manutenção da sua existência, à responsabilidade penal dos seus comandantes e colaboradores, e à conseqüente necessidade da tutela penal como um dos mecanismos possíveis à outorga da segurança para a sociedade.

Por fim, acredita-se que a maior importância do desenvolvimento do estudo almejado é, mais do que alcançar as exatas respostas para as diversas questões que certamente decorrerão dos tópicos apresentados, a pretensão de empreender a análise da realidade extramuros desta que, em termos territoriais e humanos, é a maior organização criminosa do Brasil, objetivando fomentar a discussão relativa às suas diversas formas de atuação, ao consequente enquadramento típico penal das condutas derivadas e a respeito dos caminhos que podem ser traçados para a materialização do efetivo enfrentamento às lesões sociais por ela perpetradas, imprescindível à consagração, nessa hipótese fática, da constitucional feição garantista positiva da outorga da efetiva proteção social por meio das diversas tutelas estatais possíveis, sendo a penal uma delas.

APONTAMENTOS ACERCA DA METODOLOGIA EMPREGADA

Para o desenvolvimento do tema proposto, não seria suficiente interpretar as regras que normatizam o objeto de análise, ou seja, concernentes às organizações criminosas. Para compreender a extensão do problema, seria incompleto o trabalho jurídico-científico limitado apenas à investigação centralizada na análise interpretativa do direito positivo vigente. Imprescindível, assim, que a abordagem do problema seja norteadada para um enfoque multidisciplinar, pautada, especialmente, em questões sociológicas, hábeis à compreensão do fenômeno do surgimento e do desenvolvimento do Primeiro Comando da Capital. Trilhar caminhos por outras áreas do Direito também foi tarefa indispensável no desenvolvimento da dissertação, em especial pelo Direito Constitucional, afinal, a matéria tratada refere-se à segurança pública, sendo as omissões estatais e as equivocadas políticas públicas desenvolvidas ao longo de décadas, algumas das principais causas de o Primeiro Comando da Capital ser a maior facção criminosa armada de nosso país.

Contudo, para o desenvolvimento da metodologia de trabalho, foram consideradas as peculiaridades do tema eleito, quais sejam, seu aspecto histórico, a natureza das fontes de informações e o sigilo dos dados angariados,

além da correlação de todos esses fatores com os caracteres inerentes ao pesquisador.

A influência do aspecto histórico é revelada na necessidade de contato com fatos que ocorreram há mais de duas décadas, relativos ao nascimento da associação de pessoas estudada. Por se tratar de tentativa de reconstrução de fatos passados, o acesso às informações poderia ocorrer direta ou indiretamente, ou seja, respectivamente, por meio de contato com aqueles que participaram e conviveram com os eventos fáticos, ou pela utilização da narrativa de terceiras pessoas, contidas em textos, livros e, em razão da repercussão social, em matérias jornalísticas.

Considerando que o Primeiro Comando da Capital, como será demonstrado, é um fenômeno criminal que, na sua primeira fase, originou-se e desenvolveu-se no ambiente interno dos presídios e, após a transição para a estruturação das suas atividades extramuros, permaneceu com ligação umbilical com o ambiente prisional, do onde emanam os principais direcionamentos das ações externas, as mais ricas fontes de informações a respeito das atividades daqueles que compõem a associação de pessoas investigada são aquelas existentes no próprio ambiente físico no qual elas se encontram, ou, ainda, aquelas representadas pelas comunicações, com o mundo exterior, empreendidas pelos integrantes desse grupo pesquisado, materializadas, principalmente, em conversas telefônicas, em transmissões de mensagens escritas por meio de aparelhos celulares e em bilhetes entregues a familiares e a advogados. Essa peculiar natureza das fontes das informações necessárias ao estudo do desenvolvimento do Primeiro Comando da Capital não poderia deixar de ser considerada para o afloramento do trabalho.

O sigilo dos dados a serem angariados foi outra vertente que influenciou a pesquisa e a apresentação das informações coletadas. Será demonstrado, ao longo do trabalho, que, nos últimos vinte anos, o desenvolvimento das ações do Primeiro Comando da Capital acompanhou o crescimento dos meios de comunicação, em especial, a telefonia móvel. Essa constatação, na verdade, é de

fácil alcance, uma vez que, se considerado que os integrantes daquele grupo humano são responsáveis por gerenciar atividades empreendidas em locais diversos daqueles que se encontram recolhidos, que há anteparo físico obstando o envio e o recebimento das suas ordens, e que tal comunicação é imprescindível para a consecução das ações necessárias para o alcance dos fins almejados, é notória a imprescindibilidade do uso de algum mecanismo para a transmissão das informações internas dos estabelecimentos prisionais para o mundo exterior.

Em decorrência de diversos fatores, com relevo para a corrupção, a apatia estatal no controle das prisões, a falta de investimentos públicos no incremento de efetivos bloqueadores de sinais e a ausência de responsabilização das operadoras de telefonia em decorrência das facilidades para o acesso desmedido a linhas telefônicas, a comunicação telefônica móvel tornou-se o principal canal de disseminação das determinações das lideranças que se encontram privadas da liberdade física.

Nesse contexto, as interceptações telefônicas e telemáticas realizadas pelas autoridades responsáveis pela persecução penal, antecedidas das imprescindíveis autorizações judiciais e permeadas pelo sigilo legal, figuraram como rica fonte de informações para a pesquisa. Porém, tais fontes são acobertadas pelo sigilo legal.

Ademais, depois das consequências sociais das megarrebeliões de 2001 e 2006, orquestradas pela cúpula do Primeiro Comando da Capital, as atividades desse grupo de pessoas passaram a figurar entre as prioridades da segurança pública e, como consequência, estratégias de atuações foram adotadas, norteadas, muitas vezes, por informações de inteligência,⁸ que possuem

⁸ A lei nº 9.883/1999 instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência e conceituou, no seu artigo 1º, § 2º, inteligência como “a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado”.

essencialmente natureza sigilosa.⁹

Considerou-se, ainda, para o estabelecimento da estratégia de coleta dos dados necessários à pesquisa, a possibilidade de acesso a informações confiáveis em decorrência de entrevistas. Ocorre que, por essa fonte de pesquisa, a confiabilidade dos dados coletados e, até mesmo, a possibilidade concreta de acesso a eles, é variável de acordo com os caracteres do pesquisador. Nesse sentido, é rica a experiência relatada por KARINA BIONDI na sua dissertação de mestrado, com o título *Junto e Misturado: Imanência e Transcendência no PCC* (2009), apresentada ao programa de pós-graduação em antropologia social da Universidade Federal de São Carlos, ao relatar as dificuldades enfrentadas nas incursões de campo, tanto no ambiente interno dos estabelecimentos prisionais, como nas áreas das periferias urbanas, para a coleta dos dados da pesquisa: afirmou que, para desenvolver sua pesquisa dentro dos presídios, realizou negociação com membros do PCC (os *irmãos*) e obteve deles autorização para tanto,¹⁰ e, mesmo assim, com exceção da ciência da sua identidade por aqueles que concederam o aval para o desenvolvimento da coleta de informações, houve anonimato para o corpo de funcionários da instituição prisional e para a comunidade dos presos; descreveu, também, as dificuldades de acesso aos detentos, chegando a confessar que somente foi possível realizar tal pesquisa em razão da colaboração de seu marido, que estava recolhido em Centro de Detenção Provisória, e intermediou as conversas com outros presos; e, mesmo realizando pesquisa anônima, tendo a intermediação do esposo que estava recolhido no local da pesquisa de campo e obtendo o aval dos *irmãos*, ainda

⁹ O próprio documento materializador da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública foi classificado como “reservado” e o artigo 26, da Resolução nº 1, de 15 de julho de 2009, que regulamentou o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública – SISP (criado pelo Decreto Presidencial nº 3.695/2000), proíbe, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, a difusão das formas e métodos operacionais das ações de inteligência de segurança pública fora do SISP.

¹⁰ “Achei prudente tentar alguma forma de autorização dos nativos para realizar minha pesquisa, o que me levaria a uma negociação com *irmãos*, membros do PCC. (...) Para minha surpresa, e pondo fim a minha apreensão, a recepção do trabalho foi muito boa, e meus leitores presos pareceram ter se convencido de que está longe dos meus objetivos apurar crimes ou delatar pessoas. Foi assim que obtive o *aval* de alguns *irmãos* para a continuidade de minha pesquisa” (BIONDI, Karina. *Junto e misturado: influência e transcendência no PCC*. 2009. 196 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009, p. 30).

assim confessou o receio de sofrer retaliações por escrever sobre assuntos que, “eventualmente, não poderiam ser expostos a um público mais amplo”;¹¹ ademais, com relação à pesquisa de campo empreendida no ambiente extramuros, revelou que o sucesso da coleta de dados decorreu da sua condição de “mulher de preso”, fator que propiciou a quebra da desconfiança dos seus interlocutores e possibilitou a sua aproximação com pessoas vinculadas a presos, com ex-detentos ou com aqueles que vivem em regiões periféricas sob a “influência do *Partido*”.¹²

Tais apontamentos objetivam demonstrar as dificuldades inerentes ao estudo proposto e fundamentaram a delimitação da metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa.

Assim, as informações relativas aos aspectos históricos e aquelas inerentes ao ambiente prisional foram reproduzidas com base em documentos, obras e artigos acessados, bem como em decorrência da coleta de dados, não acobertados por sigilo, de órgãos responsáveis pela administração penitenciária e pela persecução criminal.

Destaca-se, ainda, que, para as citações de matérias jornalísticas, procurou-se empreender um rígido critério eletivo, pautado pela veracidade fática e jurídica, conclusão alcançada em razão do prévio conhecimento dos fatos (muitos deles anteriormente acobertados pelo sigilo) das investigações ou dos processos criminais refletidos nos textos jornalísticos indicados.

¹¹ BIONDI, Karina. *Op. cit.*, p. 28. E complementou: “Em minha primeira pesquisa, realizada durante a graduação, uma das minhas principais preocupações eram os perigos envolvidos na divulgação de informações do universo prisional; ficava apreensiva com a possibilidade de ser considerada *cagueta* e por isso sofrer retaliações que poderiam colocar minha vida em risco” (p. 28).

¹² “Isto fica mais nítido quando, em ambientes externos à prisão, seja junto a ex-presidiários, familiares de presos ou junto a moradores de periferia, revelo minha condição de ‘mulher de preso’, passo a ser tratada com maior proximidade e menor desconfiança do que quando me apresento como ‘pesquisadora’” (*Idem*, p. 32).

E, considerando a atualidade do tema, para a demonstração da pertinência, importância e coerência da pesquisa, foram trazidos à escrita casos práticos que já foram submetidos à apreciação do Poder Judiciário e materializaram alguns dos principais entendimentos lançados no corpo do trabalho.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como pretensão o estudo do fenômeno criminológico autodenominado Primeiro Comando Comando da Capital.

Procurou-se, desde a coleta de dados em fontes plúrimas, o alcance de uma percepção fidedigna da realidade na qual ele se materializa, o conhecimento dos elementos conformadores da sua estrutura humana e funcional, bem como a ciência dos elementos motivadores do agrupamento de pessoas e também daqueles responsáveis pela sua perenidade ao longo de mais de duas décadas.

Assim, apesar de a proposta central consubstanciar-se em uma temática dogmática, para a exata compreensão do objeto de estudo foi necessária uma abordagem preliminar multilateral, materializada na aposição das premissas hábeis a sedimentar o raciocínio que escorou toda a pesquisa, qual seja, a demonstração da presença, no Primeiro Comando da Capital, de todos os elementos típicos reclamados para o reconhecimento da existência de uma organização criminosa, constatação imprescindível para a análise final a respeito das consequências penais advindas dessa subsunção normativa.

Para tanto, de início, a partir do esclarecimento do contorno terminológico que seria empregado no desenvolvimento do texto (facção criminosa), adveio a identificação das bases espaciais e motivacionais que estruturaram o surgimento do fenômeno analisado. Assim, foram pontuadas considerações a respeito do cárcere, o palco de surgimento das facções criminosas, identificando a realidade do sistema penitenciário brasileiro e a própria tensão ínsita na natureza da pena cumprida no regime fechado (decorrente do cerceamento de uma das expressões máximas da essência do ser humano, a liberdade) como fomentos ao reconhecimento entre os presos dos elementos responsáveis à sua união: a coabitação no mesmo espaço físico, o cárcere; o compartilhamento das mesmas angústias, aflições e mazelas, decorrentes das omissões estatais na outorga do mínimo de dignidade ao cumprimento das sanções penais; a constatação dos

mesmos desejos e objetivos, o alcance da liberdade; e o reconhecimento dos mesmos inimigos, o Estado e os presos integrantes de agrupamentos rivais.

Em prol do conhecimento amplo do fenômeno, apresentou-se uma realidade sócio-criminológica similar, surgida mais de uma década antes, o Comando Vermelho, e empreendeu-se uma correlação entre os seus diversos caracteres, em especial os humanos, estruturais, sociais e finalísticos, com aqueles constatados no âmbito do Primeiro Comando da Capital.

Essa inicial abordagem foi necessária para a confirmação de uma conclusão que permeou todo o trabalho: o reconhecimento de que o enfrentamento aos intensos e grandiosos problemas sociais ocasionados pela aceitação da existência do Primeiro Comando da Capital não pode ser fincado apenas em uma ferramenta de tutela. Identificando-se os focos de fomento da manutenção do problema, possibilita-se o emprego de múltiplos mecanismos de contenção capazes de minimizar suas consequências danosas.

Como acima ressaltado, a pesquisa que embasou este trabalho não se circunscreveu a um foco unilateral, razão pela qual revelou, no ambiente externo ao local do surgimento das facções criminosas, o principal território de sedimentação das conclusões concernentes à identificação do Primeiro Comando da Capital como uma organização criminosa.

Essa constatação decorreu, principalmente, da verificação, exatamente no ambiente externo, de atividades dessa associação de pessoas que se afastam por completo dos propalados ideais de luta contra as opressões do espaço interno dos estabelecimentos prisionais. Aqui se destaca a dedicação a graves práticas delituosas, em especial ao narcotráfico, aos homicídios decorrentes de “julgamentos” por integrantes de escalões superiores, ao tráfico de armas de fogo e aos delitos patrimoniais.

Ademais, a análise das técnicas empregadas por esse agrupamento de pessoas para a sua pujante expansão territorial, social e política, atestou

similitude com outros fenômenos criminológicos, entre eles com aquele responsável pelo enraizamento no plano internacional das bases normativas atuais empregadas para o enfrentamento das organizações criminosas: as máfias tradicionais italianas. Assim, desenvolveu-se um estudo comparativo entre tais realidades infracionais, com a demonstração de que, apesar da diversidade dos elementos culturais, espaciais e motivacionais das duas configurações associativas, os mecanismos empregados para a estruturação humana e funcional foram semelhantes, assim como idênticas foram as mazelas (violência, imposição da “lei do silêncio” e gestão informal paralela das questões sociais) ocasionadas às principais localidades afetadas.

Verificou-se, também, que, para o sucesso desse empreendimento expansionista, a facção criminosa contou com duas facilidades: uma decorrente de omissões estatais, representada pela ausência de políticas públicas consagradoras da dignidade nas comunidades periféricas urbanas; e outra amparada pela evolução tecnológica das comunicações, que, além do incremento da comodidade à vida social, também potencializou os contatos entre as lideranças recolhidas nos cárceres com seus “funcionários” executores das atividades delituosas no ambiente externo.

Essas constatações, mais uma vez, foram importantes para reafirmar a certeza de que o enfrentamento aos problemas sociais e criminais decorrentes das atividades ilícitas do Primeiro Comando da Capital não pode ser materializado por meio de apenas uma espécie de tutela estatal.

Ademais, a partir da certeza de que o uso dos meios de comunicação, em especial os aparelhos celulares, no interior dos presídios, foi imprescindível ao crescimento e à estruturação interna e externa das facções criminosas, diversas situações fáticas foram apontadas como representativas de uma colisão de valores constitucionais decorrente da imprescindibilidade de proteção da sociedade em face das graves lesões ocasionadas, a partir do emprego das novas tecnologias da comunicação, pelas ações ilícitas do Primeiro Comando da

Capital, e da necessidade de preservação de direitos individuais afetados pelo exercício dessa tutela estatal.

Demonstradas as bases criminológicas e fáticas do objeto de estudo, entendeu-se necessário apresentar o resguardo constitucional para a análise das consequências penais da existência fática e jurídica do Primeiro Comando da Capital. Assim, em razão da constatação da falta de licitude na sua finalidade associativa, concluiu-se pela ausência de amparo da nossa Lei Maior para tal associação de pessoas e, em consequência, pela obrigatoriedade de ação estatal em prol da outorga de proteção individual e coletiva contra as lesões aos bens jurídicos mais caros ao ser humano. Para tanto, encontrou-se na segurança insculpida no *caput*, do artigo 5º, da Constituição, ou seja, no rol dos alicerces dos direitos fundamentais, a arcabouço jurídico dessa atuação estatal nos aspectos preventivo e repressivo, seja por meio do desenvolvimento de eficientes políticas de segurança pública, seja pela persecução consubstanciada no emprego do direito penal.

Depois de pautadas as premissas responsáveis pela conclusão da necessidade de invocação da tutela penal para o enfrentamento do fenômeno criminológico estudado, entendeu-se sedimentado o raciocínio para a efetiva análise das consequências penais da existência do Primeiro Comando da Capital.

Porém, reforça-se a posição firmada ao longo do trabalho, relativa à compreensão do fenômeno Primeiro Comando da Capital como originado de fontes múltiplas, que teve a sua manutenção e expansão ao longo das últimas décadas propiciadas por uma diversidade de fatores geradores de amplas e diversificadas formas de vulnerabilidades às mais diversas vertentes de proteção do ser humano em toda a sua completude.

Nesse contexto, afirmou-se não ser possível reconhecer no direito penal o único instrumento hábil à contenção da proliferação dos danos ocasionados pelo Primeiro Comando da Capital.

Aqui nos alinhamos aos ensinamentos de FLÁVIO CARDOSO PEREIRA,⁵⁶⁴ que invoca o conceito de segurança humanitária⁵⁶⁵ para a proteção do ser humano em todas as suas vertentes passíveis de vulnerabilidades, como forma de garantir o seu bem-estar, liberdade e direitos. Essa seria a única forma de proteção dos indivíduos em face das diversas espécies de lesões ocasionadas pela delinquência organizada, entre as quais se destacariam os riscos específicos nas áreas denominadas de “insegurança econômica” (lavagem de capitais), “insegurança da saúde” (tráfico de drogas e de órgãos humanos) e “insegurança pessoal” (tráfico de armas e de pessoas).

FLÁVIO CARDOSO PEREIRA afirma que, para a contenção do fenômeno da delinquência organizada, o Estado deve concretizar uma política integral pautada por meios específicos orientados a garantir, com respeito à legalidade, o pleno gozo dos direitos civis, políticos, econômicos e sociais de todos os cidadãos, uma vez que essa criminalidade demanda o reconhecimento de paradigmas mais amplos e “uma análise desde outros saberes além do discurso jurídico para sua compreensão como fenômeno complexo, que se traduz em uma ameaça direta aos seres humanos, ao seu desenvolvimento e à sua dignidade”.⁵⁶⁶

A partir dessa compreensão, foram lançados, ao longo do trabalho, inúmeras propostas de atuações estatais diversificadas por várias espécies de tutelas, que valem ser resumidamente repisadas.

No âmbito penitenciário, as tão reclamadas medidas em prol do incremento da dignidade no interior do cárcere são emergenciais (em especial

⁵⁶⁴ PEREIRA, Flávio Cardoso. *Crime organizado e sua infiltração nas instituições governamentais*. São Paulo: Atlas, 2015, p. 10-25.

⁵⁶⁵ De acordo com FLÁVIO CARDOSO PEREIRA (*op. cit.*, p. 15), em 10 de setembro de 2012 a Assembleia Geral da ONU aprovou por consenso a Resolução nº 66/290, na qual os Estados-membros acordaram um entendimento comum sobre o conceito de segurança humana correspondendo ao “direito das pessoas a viverem em liberdade e com dignidade, livres da pobreza e do desespero, e a dispor de iguais oportunidades para desfrutar de todos seus direitos e a desenvolver plenamente seu potencial humano” (Parágrafo 143 do Documento Final da Cumbre 2005, Resolução nº 60/1 da Assembleia Geral).

⁵⁶⁶ *Idem*, p. 25.

pelo tratamento médico ao preso, pela recuperação do vício das drogas, pela outorga do eficiente subsídio material para evitar o ingresso de produtos estranhos no interior dos cárceres, pela contrariedade às revistas vexatórias etc.), em prol da minimização dos elementos fomentadores do gregarismo, em especial a certeza de que o Estado é o inimigo comum. De fato, a proteção dos essenciais direitos daquele que está custodiado não apenas concretiza a obrigação de tutela dos direitos individuais indisponíveis no âmbito penitenciário, mas, também, representa uma medida lógica e finalisticamente aproveitável à minimização dos danos decorrentes da prática delituosa, com possibilidade de diminuição da reincidência e de novas captações de material humano para as facções criminosas.

No ambiente externo aos cárceres, especificamente nas áreas mais afetadas pelas ações do Primeiro Comando da Capital, reclama-se uma atuação estatal multisetorial (por exemplo, por meio de uma atuação planejada urbanística, de efetivos serviços de saúde e de educação, de transportes públicos mais céleres e de projetos sociais para as crianças e adolescentes) em prol do suprimento das omissões à outorga das mínimas condições de dignidade à população, de forma a suprir o vazio muito bem aproveitado pela facção criminosa para difundir a sua conquista territorial, social e política.

No campo da segurança pública, também objetivando os resultados lógico-finalísticos acima indicados, sugeriu-se o empreendimento de uma aproximação do Estado, por seus órgãos dedicados a essa área prestacional, daquelas comunidades periféricas, por meio de boas práticas hábeis a quebrar a tensão já instalada:

a) com a adoção de estratégias de tutela dos bens recuperados em razão da persecução criminal e o emprego em políticas que efetivamente extraiam deles a maior produtividade possível, revertendo-os ao uso da comunidade que mais foi lesada pela prática das ações do Primeiro Comando da Capital (exemplo simples: usar o carro que foi apreendido na persecução ao tráfico de drogas do “progresso” do PCC para ações no âmbito do atendimento de menores em

comunidades carentes, com a indicação, em local visível no veículo, que aquele carro, que antes pertencia ilicitamente à facção, agora é destinado a uma boa ação social);

b) pelo efetivo mapeamento de dados para identificação dos maiores nichos de lesões aos bens jurídicos em decorrência das práticas delituosas da facção, em prol do necessário subsídio para posterior ação integrada entre os diversos órgãos estatais responsáveis pelas plúrimas tutelas imprescindíveis à concessão da dignidade em seu aspecto pleno.

Ainda no âmbito da tutela da segurança pública, paralelo às medidas destinadas à proteção dos direitos individuais no interior dos cárceres, em face da notória conclusão de que a evolução da tecnologia da comunicação, empregada a partir do interior dos estabelecimentos prisionais, foi um dos pilares de sustentação da expansão interna e externa do Primeiro Comando do Capital, demanda-se uma gestão racional capaz de empregar mecanismos igualmente tecnológicos para obstar tais comunicações, em especial com a instalação de bloqueadores de sinais eficazes, de mecanismos de identificação de aparelhos celulares e de comunicação dentro do cárcere, bem como de equipamentos de revista eletrônica nos presídios. E, para a concretização de tais propostas, é inequívoca a imprescindibilidade do correspondente aporte financeiro estatal.

De outro lado, é reclamada, com urgência, efetiva estratégia de gestão da corrupção que tanto colabora para que a cúpula da facção continue desempenhando seu papel de comando. Estratégia significa identificação precisa das causas do problema e atuação multilateral em todas as suas vertentes. É imprescindível a valorização dos servidores penitenciários, seja no aspecto financeiro de suas remunerações, seja no âmbito da capacitação profissional, eles que são os responsáveis pela diária tarefa de manutenção da ordem em um ambiente que, na sua natureza, é apto a criar diversas espécies de dissabores, pressões e revoltas nos encarcerados (ainda que, na atualidade, como demonstrado no final do capítulo 3, tal ambiente tenha respaldo constitucional e seja imprescindível para o exercício da função protetiva do direito penal).

Ademais, sendo certo que a total eliminação do contato pessoal dos gestores penitenciários com o preso é impossível, e, também sendo lógico que esse contato pessoal, por vezes, ocasiona incremento da tensão interna do cárcere, o investimento em mecanismos tecnológicos de monitoramento interno dos presídios, com sistema de comunicação por áudio, trancas eletrônicas e vídeo-monitoramentos, poderia ser uma forma de minimização de um dos fatores geradores da referida tensão e da cooptação, pela facção, daqueles que já estão internamente corrompidos e aptos à colaborar para os fins ilícitos dela.

Para finalizar, a atuação plúrima das tutelas estatais não poderia estar completa sem a invocação dos mecanismos da persecução penal, a partir da sua única feição adaptável aos fundamentos e objetivos constitucionais do nosso Estado Democrático de Direito, a protetiva, aplicável a todas as vulnerabilidades individuais e coletivas do ser humano.

Essa proteção inicia-se com a atividade legislativa, a partir do reconhecimento da necessidade de incriminação de uma conduta lesiva por meio da criação de tipos penais incriminadores. Em face da legalidade estrita, sem o concreto desempenho dessa função estatal haveria ofensa ao caráter protetivo do direito penal, uma vez que o tipo penal incriminador é o maior requisito para o desencadeamento de todas as demais ações estatais protetivas na órbita criminal.

Na sequência, deve ocorrer a gestão das causas das condutas que se subsumem aos tipos penais, por meio de ações preventivas coordenadas pelo poder executivo, uma vez que, atuando-se nas causas, antecipa-se a proteção penal e incrementa-se a possibilidade de serem obstados os danos sociais decorrentes das atividades delituosas.

Porém, sendo utopia acreditar, no atual estágio de evolução do ser humano, em uma sociedade livre das práticas delituosas somente com atuações estatais identificadas nas concretizações dos poderes legislativo e executivo,

diante da concreta ocorrência de lesões aos bens jurídicos mais caros ao ser humano decorrentes das ações do Primeiro Comando da Capital, o Estado tem obrigação de exercitar o seu papel protetivo repressivo, sob pena de, pela sua omissão, prolongar o sofrimento individual ou coletivo dos seres humanos afetados pelas práticas delituosas. Assim, constatados os resultados típicos penais, deve ocorrer a efetiva punição a todas as modalidades delituosas identificadas nas diversas searas de colaboração à estruturação, à organização, à manutenção e à expansão da facção criminosa, sempre com respeito às balizas dogmáticas e àquelas extraídas dos princípios gerais do direito penal, concernentes à justa responsabilização criminal individual.

Para tanto, no capítulo final foi empreendido um exercício imaginativo para identificação das diversas formas de colaboração ilícita interna e externa no âmbito do Primeiro Comando da Capital, e, a partir daí, tentado demonstrar a subsunção de tais condutas aos regramentos típicos atualmente em vigor na nossa legislação.

Antes, porém, foram abordados aspectos legislativos e doutrinários concernentes à evolução da positivação pátria da conceituação de grupo criminoso organizado, bem como da tipificação das condutas de prestar a ele colaboração ou integra-lo, sendo extraída a primeira consequência penal: a exata subsunção do Primeiro Comando da Capital aos requisitos normativos atuais reclamados para o reconhecimento de uma organização criminosa armada.

Sendo o PCC uma organização criminosa, e existindo, atualmente, base típica para sustentação da responsabilização penal da colaboração para a sua manutenção e o seu fomento, como já salientado, foi desenvolvido um exercício hipotético de identificação das diversas modalidades de condutas empreendidas em nome dessa facção, em prol das suas ilícitas finalidades, bem como daquelas praticadas por aqueles que, sem integrarem seus quadros funcionais, de forma ciente, colaboram, de alguma maneira, para a sua estruturação e a continuidade da atuação delituosa. Assim, outra consequência penal diagnosticada a partir do reconhecimento da existência do Primeiro Comando da Capital foi a necessidade

da análise dogmática dessas condutas, amparada pelo estudo de casos concretos já apreciados pelo poder judiciário, em prol do alcance do embasamento teórico hábil à justa responsabilização criminal dos seus integrantes e colaboradores.

Nesse contexto, para a colaboração exterior de menor intensidade e relevância lesiva, sugeriu-se o emprego da teoria objetivo material e de aspectos da análise subjetiva como limitação à extensão da imputação típica da autoria

E, em face da ciência das bases de estruturação dessa facção criminosa, dos seus elementos de sustentação funcional, dos regramentos criados para o êxito das suas ilícitas finalidades associativas, e da existência de um núcleo humano central de comando desse aparato organizado de poder, que se arvora dessa própria estrutura organizacional para blindagem das suas responsabilizações criminais, foi apresentada, como proposta de remodelação de enfrentamento global, a aplicação de uma teoria do domínio da organização desenvolvida por CLAUS ROXIN como desdobramento da teoria do domínio do fato.

Assim, a última consequência penal indicada foi a demonstração (i) de o Primeiro Comando da Capital ser um aparato organizado de poder paralelo ao Estado, identificado principalmente pelas analisadas técnicas empregadas para a conquista territorial, humana e política, agregadas à estratégica divisão interna das funções desempenhadas para o atingimento das finalidades ilícitas associativas; (ii) de ser certa a existência de um centro de comando (“sintonia final”) responsável pela emissão de ordens direcionadas à gestão e à manutenção desse aparato organizado de poder; (iii) que a enorme gama de atividades ilícitas perpetradas com base na estrutura normativa e disciplinar criada pelos “homens de trás” atesta o afastamento da ordem jurídica; (iv) que não há, no PCC, postos fixos e insubstituíveis a serem ocupados pelos executores dos delitos-fim, sendo certa e imutável a continuidade das atividades ilícitas de forma automatizada e independente da qualidade pessoal dos executores (que são, assim, fungíveis); e (v) que a ausência de coação para o ingresso no PCC, cumulada com a inequívoca prévia ciência da ilicitude das tarefas que deverão ser

desempenhadas depois da formalização do “batismo”, asseguram o reconhecimento da disposição essencialmente alta do executor para o fato delituoso.

Portanto, para essa última consequência, sugeriu-se a “importação” de construção dogmática criada há mais de cinquenta anos na Alemanha, de aplicação insípida em nosso direito criminal, a teoria do domínio da organização, que possibilita a imputação de responsabilidade penal à cúpula da facção, com elevado grau de censura, em decorrência de uma lógica conclusão: ainda que extraído do contexto criminoso a figura do executor, o aparato organizado de poder prosseguirá no desempenho das suas atividades ilícitas, uma vez que ele, mesmo sendo propenso ao papel delituoso e capaz de agir com domínio da sua vontade, não tem o domínio da organização, circunstância que o qualifica como fungível, rapidamente substituído por outro para a consecução da prática criminosa que falhou ou deixou de ser voluntariamente cumprida.

Reafirmados os principais pontos desenvolvidos neste trabalho acadêmico, alcançado o seu término, toma-se a liberdade de reafirmar o escrito na sua parte inicial: acredita-se que a maior importância do estudo materializado nestas páginas foi, mais do que alcançar as exatas respostas para as diversas questões que certamente decorreram dos tópicos apresentados, a pretensão de empreender a análise da realidade extramuros daquela que, em termos territoriais e humanos, é a maior organização criminosa do Brasil, objetivando fomentar a discussão relativa às suas diversas formas de atuação, ao consequente enquadramento típico penal das condutas derivadas e a respeito dos caminhos que podem ser traçados para a materialização do efetivo enfrentamento às lesões sociais por ela perpetradas, imprescindível à consagração, nessa hipótese fática, da constitucional feição garantista positiva da outorga da efetiva proteção social por meio das diversas tutelas estatais possíveis, sendo a penal uma delas.

Por fim, colaciona-se um inspirador pensamento de NELSON HUNGRIA, capaz de atestar a imprescindibilidade de busca da evolução do direito penal em prol da efetiva proteção do ser humano nas diversas variáveis vulnerabilidades a

que, cada vez mais, está suscetível em razão a proliferação das ações das organizações criminosas:

Enganou-se ingenuamente Carrara quando supôs que, no seu tempo, o direito penal atingiria o clímax do seu aperfeiçoamento: a evolução da sua amada ciência prosseguiu incessantemente e há de prosseguir, refazendo-se de erros ou reabilitando-se de descaídas, na tentativa, jamais desesperada, de compreender e resolver, definitivamente, o desconcertante enigma do crime e do criminoso.⁵⁶⁷

⁵⁶⁷ HUNGRIA, Nelson. *Op. cit.*, p. 365.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *DOSSIÊ Crime organizado*. São Paulo: USP, p. 7-30, 2007.

AGÊNCIA BRASIL. Anistia Internacional: SP falha na condução da segurança pública, diz ONG. *#carta ideias em tempo real*, 27.11.2012, disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/anistia-internacional-diz-que-autoridades-paulistas-falham-na-conducao-da-seguranca-publica>, acesso em 29.01.2016.

AGUIAR, Marcus Pinto; SANTANA, Everaldo Ferreira. Segurança pública e polícia militar no contexto do Estado democrático de direito brasileiro. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 198, p. 80-90, nov./2017. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/34000/21000>, acesso em 06.11.2017.

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto. O crime de organização criminosa no Código Penal português. *Boletim IBCCRIM*, ano 25, n. 292, p. 6-8, mar./2017.

ALECRIM, Emerson. Criptografia. *INFO WESTER*. Disponível em: <<http://www.infowester.com/criptografia.php>>. Acesso em 03.10.2017.

ALONSO, Fábio Pinto Alonso; MENDONÇA, Natália Fernanda de Souza Assumpção. Direito à segurança e participação da comunidade – Conselho Comunitário de Segurança – CONSEG. In: COSTA, Ilton Garcia da; SANTIN, Valter Foletto (Org.). *Organizações Sociais: efetivações e inclusão social*. 1. ed.. São Paulo: Verbatim, 2014, p. 159-174.

AMORIM, Carlos. *CV_PCC: a irmandade do crime*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. *Legislação Penal Especial*. 12. ed.. São Paulo: Saraiva, 2017.

ARAS, VLADIMIR. Ainda sobre o conceito de crime organizado. *Boletim IBCCRIM*, ano 23, n. 274, p. 10-11, set./2015.

BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. *Crime organizado e proibição de insuficiência*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao direito penal brasileiro*. 9. ed.. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.

BECCARIA, Cesare Bonesana. *Dos delitos e das penas*. Tradução de Flório de Angelis. 2.Reimpr. São Paulo: Edipro, 1999.

BECK, Francis Rafael. *Perspectivas de controle ao crime organizado e crítica à flexibilização das garantias*. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

BEIRANGÊ, Henrique. *O PCC está cada vez maior: aniversário do grupo criminoso mostra que a facção está mais organizada do que nunca*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/867/operacao-voldemort-4336.html>>. Acesso em 03.10.2017.

BIONDI, Karina. *Junto e misturado: influência e transcendência no PCC*. 2009. 196 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BITENCOURT, Cezar Roberto; BUSATO, Paulo César. *Comentários à Lei de Organização Criminosa: Lei 12.850/2013*. São Paulo: Saraiva, 2014.

BITENCOURT, Cezar Roberto; MUÑOZ CONDE, Francisco. *Teoria geral do delito*. São Paulo: Saraiva, 2000.

BOCKELMANN, Paul; VOLK, Klaus. *Direito penal: parte geral*. Tradução de Gercélia Batista de Oliveira Mendes. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. *A identidade do preso e as leis do cárcere*. 2008. 215 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2008.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Art. 5º, XVI a XXI. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lenio Luiz (Coord.). *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013, p. 304-312.

CAIADO, Ricardo Alexandre Rodrigues. *O sentimento de insegurança e a sua integração com a criminalidade*. 2013. 232 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Jurídico-Políticas, Universidade Autónoma de Lisboa. Lisboa: 2013.

CALLEGARI, André Luís. *Teoria geral do delito e da imputação objetiva*. 2. ed. rev. e ampl.. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

CALLEGARI, André Luís; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. *Sistema penal e política criminal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. Opinião: Estado de Coisas Inconstitucional. *JOTAMundo*, São Paulo, 04 de maio de 2015. Disponível em <https://jota.info/artigos/jotamundo-estado-de-coisas-inconstitucional-04052015>, acesso em 29.10.2017.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. *Geografia política das drogas ilegais*. Leme: J. H. Mizuno, 2014.

CANCIO MELIÁ, Manuel. El injusto de los delitos de organización: peligro y significado. In: CALLEGARI, André Luís (Org.). *Crime organizado: tipicidade – política criminal – investigação e processo: Brasil, Espanha e Colômbia*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008, p. 25-62.

CASTALDO, Andrea R. La criminalidad organizada en Italia: la respuesta normativa y los problemas de la praxis. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo: IBCCrim, ano 7, n. 27, p. 11-19, jul.-set. 1999.

CASTANHEIRA, Beatriz Rizzo. Organizações Criminosas no Direito Penal Brasileiro: o Estado de prevenção e o princípio da legalidade estrita. In: FRANCO, Alberto Silva; NUCCI, Guilherme de Souza (Org.). *Direito penal – doutrinas essenciais, volume VII*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 883-916.

CASTELLÓ, Thiago; VAZ, Verônica. Tipos de Criptografia. *Assinatura Digital*, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.gta.ufrj.br/grad/07_1/ass-dig/TiposdeCriptografia.html>. Acesso em 03.10.2017.

CHRISTINO, Márcio Sérgio. *A Máfia*. 1. ed.. São Paulo: Associação Paulista do Ministério Público, 2016.

CICONTE, Enzo. *Riti Criminale: i codici di affiliazione alla 'Ndrangheta*. Soveria Mannelli: Rubbettino Editore, 2015.

CONSERINO, Cassio Roberto. *Crime organizado e institutos correlatos*. São Paulo: Atlas, 2011.

CONSULTOR JURÍDICO. *STF derruba decisão judicial e libera volta do WhatsApp*. 19 de julho de 2016. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-jul-19/stf-derruba-decisao-judicial-libera-volta-whatsapp>>. Acesso em 06.10.2017

_____. *Direito à dignidade: revista íntima corporal é proibida em presídios de 59 cidades paulistas*. 31 de julho de 2017. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2017-jul-31/revista-intima-corporal-proibida-presidios-59-cidades-sp>, acesso em 30.10.2017.

CORREIA, Belize Câmara. A lei nº 11.466/07 e o novo art. 319-A do Código Penal Brasileiro: uma análise à luz do princípio da proporcionalidade. *Boletim IBCCRIM*, ano 15, n. 178, p. 6-8, set./2007.

COUTINHO, Nilton Carlos de Almeida. Posse de aparelhos celulares em presídios: consequências sob a óptica do princípio da legalidade. *Revista IOB de Direito Penal e Processual Penal*, ano IX, n. 50, p. 217-219, jun-jul. 2008.

CUERDA ARNAU, María Luisa. Intervenciones prospectivas y secreto de las comunicaciones. Cuestiones pendientes. In: GONZÁLEZ CUSSAC, José Luis; CUERDA ARNAU, María Luisa (Dir.). *Nuevas amenazas a la Seguridad Nacional: terrorismo, criminalidad organizada y tecnologías de la información y la comunicación*. Valência, Espanha: Tirant lo blanch, 2013. p. 103-143.

CUNHA, Rogério Sanches. Da (in)constitucionalidade do crime do art. 349-A CP – telefone celular em presídio. *meusitejuridico.com*, 8 de maio de 2017. Disponível em <http://meusitejuridico.com.br/2017/05/08/da-inconstitucionalidade-crime-art-349-cp-telefone-celular-em-presidio/>. Acesso em 31.10.2017.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. *Crime organizado: comentários à nova lei sobre o crime organizado – Lei nº 12.850/2013*. 2. ed.. Salvador: JusPODIVM, 2014.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. 19. ed.. São Paulo: Saraiva, 1995.

DAVARA, Fernando. Las TIC y las amenazas a la seguridad nacional: ciberseguridad. In: GONZÁLEZ CUSSAC, José Luis; DAVARA, Fernando (Dir.). *Nuevas amenazas a la Seguridad Nacional: terrorismo, criminalidad organizada y tecnologías de la información y la comunicación*. Valência: Tirant lo blanch, 2013. p. 145-160.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. A disciplina do PCC: a importância do (auto)controle na sociabilidade prisional. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo: IBCCrim, v. 18, n. 86, p. 393-414, set./out. 2010.

_____. *PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência*. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIAS, Jorge de Figueiredo. A criminalidade organizada: do fenômeno ao conceito jurídico-penal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo: IBCCrim, n. 71, p. 11-30, mar.-abr. 2008.

DICKIE, John. *Cosa Nostra: storia della mafia siciliana*. Tradução para o italiano de Giovanni Ferrara degli Uberti. Bari: Editori Laterza, 2017.

DINO, Alessandra. *Os últimos chefões: investigação sobre o governo da Cosa Nostra*. Tradução de Valéria Pereira da Silva. 1. ed.. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

DOTTI, René Ariel. A organização criminoso é uma forma qualificada do concurso de pessoas. *Boletim IBCCRIM*, ano 17, n. 198, p. 6-8, maio/2009.

DUQUE, Maira Y. Crimen organizado transnacional: un desafío global. Las políticas canadienses como marco de referencia a las políticas venezolanas contra la delincuencia organizada transnacional desde 1999. *Relación Criminológica*. Universidad de Carabobo, Facultad de Derecho. Centro de Investigaciones Penales y Criminológicas. Valencia: Venezuela, 21 (2009), p. 34-60. Disponível em <http://servicio.bc.uc.edu.ve/derecho/revista/relcrim21/art02.pdf>, acesso em 08.11.2017.

ESTELLITA, Heloísa; GRECO, Luís. Empresa, Quadrilha (art. 288 do CP) e Organização Criminosa: uma análise sob a luz do bem jurídico tutelado. In: BADARÓ, Gustavo Henrique (Org.). *Direito penal e processual penal: leis penais especiais I – volume V*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p. 505-520.

FARIA, Cátia. Dura lex, sed lex: a luta pelo reconhecimento dos presos políticos no Brasil (1969-1979). *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n. 33, 2008. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao33/materia05/texto05.pdf>> Acesso em 20 de junho de 2016.

FBI. *Corrections Officer Admits Accepting Cash Bribes in Exchange for Smuggling Marijuana and Cell Phone into Federal Pretrial Detention Facility*. 1 de outubro de 2014. Disponível em <https://www.fbi.gov/contact-us/field-offices/newark/news/press-releases/corrections-officer-admits-accepting-cash-bribes-in-exchange-for-smuggling-marijuana-and-cell-phones-into-federal-pretrial-detention-facility>, acesso em 31.10.2017.

FELDENS, Luciano. *A constituição penal: a dupla face da proporcionalidade no controle de normas penais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

_____. *Direitos fundamentais e direito penal – a constituição penal*. 2. ed.. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. Tradução de Ana Paula Zomer Sica, Fauzi Hassan Choukr, Juarez Tavares e Luiz Flávio Gomes. 2. ed.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

FERREIRA, Carlos Lélío Lauria; KUEHNE, Maurício. A proibição de entrada de celular em presídio (Comentários à Lei n. 12.012/09). *Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária*. Brasília: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, v. 1, n. 22, p. 199-228, 2009/2010.

FERRO, Ana Luiza Almeida et. al.. *Criminalidade Organizada: comentários à lei 12.850, de 02 de agosto de 2013*. Curitiba: Juruá, 2014.

FLACH, Michael Schneider. Mandados de criminalização, tutela penal e Constituição. *Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo*. São Paulo, v. 7, p. 17-44, 2015.

FISCHER, Douglas. O que é garantismo (penal) integral? In: CALABRICH, Bruno; FISCHER, Douglas; PELELLA, Eduardo (Org.). *Garantismo Penal Integral: questões penais e processuais, criminalidade moderna e a aplicação do modelo garantista no Brasil*. 3. ed.. Salvador: JusPODIVM, 2015. p. 30-77.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Preso passa por cirurgia após engolir 10 microcelulares em presídio de SP*. São Paulo, 13.06.2017. Disponível em: <http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1892767-presopassa-por-cirurgia-apos-engolir-10-microcelulares-em-presidio-de-sp.shtml>, acesso em 04.11.2017.

FORGIONE, Francesco. *Máfia Export: como a 'Ndrangheta, a Cosa Nostra e a Camorra colonizaram o mundo*. Tradução de Karina Jannini. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

FRAGOSO, Heleno Claudio. *Lições de direito penal – parte geral*. 3. ed.. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

FREIRE, Christiane Russomano. *A violência do sistema penitenciário brasileiro contemporâneo: o caso RDD (regime disciplinar diferenciado)*. São Paulo: IBCCRIM, 2005 (Monografias / IBCCRIM; 35).

FUJITA, Gabriela. SP contraria lei que existe há 2 anos e mantém revista íntima em presídios. *UOL notícias Cotidiano*, 29.01.2017, disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/29/sp-contraria-lei-que-existe-ha-2-anos-e-mantem-revista-intima-em-presidios.htm>, acesso em 30.10.2017).

FURUKAWA, Nagashi. O PCC e a gestão dos presídios em São Paulo. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 80, p. 21-41, Mar. 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100003&lng=en&nrm=iso, acesso em 05 de junho de 2016.

_____. PCC – O Primeiro Comando da Capital. *Website JOTA*, publicado em 29 de julho de 2015, disponível em <http://jota.uol.com.br/pcc-o-primeiro-comando-da-capital>. Acesso em 18 de junho de 2016.

G1 CAMPINAS E REGIÃO. *Justiça alega descumprimento de lei e proíbe revista íntima em presídios na Região de Campinas*. 31 de julho de 2017. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/justicia-alegaldescumprimento-de-lei-e-proibe-revista-intima-em-presidios-na-regiao-de-campinas.ghtml>, acesso em 30.10.2017

GARCIA, Basileu. *Instituições de direito penal, vol. I, tomo I*. 4. ed.. São Paulo: Max Limonad, 1977.

GODOY, Luiz Roberto Ungaretti. *Crime organizado e seu tratamento jurídico penal*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2011.

GOMES, Luiz Flávio. Crime Organizado: que se entende por isso depois da lei nº 10.217, de 11.04.01? – Apontamentos sobre a perda de eficácia de grande parte de lei nº 9.034/95. *Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal*, São Paulo, v. 2, n. 11, p. 9-16, 2001/2002.

_____. *Criminalidade Econômica Organizada*. Disponível em http://www.lex.com.br/doutrina_24801423_CRIMINALIDADE_ECONOMICA_ORGANIZADA.aspx. Acesso em 30.05.2017.

GOMES, Rodrigo Carneiro. *O crime organizado na visão da Convenção de Palermo*. 2. ed.. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2009.

GONÇALVES, Luiz Carlos dos Santos. *Mandados expressos de criminalização e a proteção de direitos fundamentais na constituição brasileira de 1988*. Belo Horizonte: Fórum Ed./IBEC, 2007.

GONZÁLES CUSSAC, José L.. *Tecnocrimen*. In: GONZÁLES CUSSAC, José L.; CUERDA ARNAU, María Luisa (Dir.). *Nuevas amenazas a la Seguridad Nacional: terrorismo, criminalidad organizada y tecnologías de la información y la comunicación*. Valência: Tirant lo blanch, 2013. p. 205-241.

GRATTERI, Nicola; NICASO, Antonio. *Fratelli di sangue: stori, boss e affari della 'ndrangheta, la mafia più potente del mondo*. Cozenza, Itália: Pellegrini Editore, 2010.

GRECO, Rogério. *Direito penal do equilíbrio: uma visão minimalista do direito penal*. 6. ed.. Niterói: Impetus, 2011.

GRECO FILHO, Vicente. *Comentários à Lei de Organização Criminosa: Lei n. 12.850/13*. São Paulo: Saraiva, 2014.

GRINOVER, Ada Pellegrini. A legislação brasileira em face do crime organizado. In: FRANCO, Alberto Silva; NUCCI; Guilherme de Souza (Org.). *Direito penal – doutrinas essenciais, volume VIII*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 841-855.

HASSEMER, Winfried. *Introdução aos fundamentos do direito penal*. Tradução de Pablo Rodrigo Alflen da Silva. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2005.

_____. *Segurança pública no Estado de Direito*. Tradução de Carlos Eduardo Vasconcelos. In: FRANCO, Alberto Silva; NUCCI; Guilherme de Souza (Org.). *Direito penal – doutrinas essenciais, volume I*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 275-297.

HUNGRIA, Nelson. Direito Penal Comparado: histórico, objeto e finalidade. In: HUNGRIA, Nelson; FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Comentários ao código penal, volume 1, tomo I, arts. 1º a 10*. 5. ed.. Rio de Janeiro: Forense, 1976. p. 358-365.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. A outra face do medo. *Boletim IBCCRIM*, ano 23, n. 274, p. 1, set./2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. Segurança Pública: entre a legalidade retórica e a letalidade real. *Boletim IBCCRIM*, ano 24, n. 284, p. 1, jul./2016.

JAKOBS, Günther. *Tratado de direito penal: teoria do injusto penal e culpabilidade*. Tradução de Gercélia Batista de Oliveira Mendes e Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

JESUS, Damásio E. Criminalidade organizada: tendências e perspectivas modernas em relação ao direito penal transnacional. In: FRANCO, Alberto Silva; NUCCI; Guilherme de Souza (Org.). *Direito penal – doutrinas essenciais, volume VIII*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 917-924.

_____. Segurança pública e legalidade. *Jornal Carta Forense*, junho de 2016 (03.06.2016), A-10, disponível em <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/seguranca-publica-e-legalidade/16613>, acesso em 10.05.2017.

JOZINO, Josmar. *Cobras e lagartos: a vida íntima e perversa nas prisões brasileiras: quem manda e quem obedece no partido do crime*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

LA ROSA, Marcelo. *Il fenomeno mafioso: il caso Messina*. Roma: Armando Editore, 2013.

LACERDA, Ricardo et. al. *Facções criminosas do Brasil*. São Paulo: Abril, 2017.

LE MOS JÚNIOR, Arthur Pinto de; OLIVEIRA, Beatriz Lopes de. *Crime organizado e a lei nº 12.850/13*. São Paulo: Editora Verbatim, 2014.

LIMA, Renato Brasileiro de. *Legislação Criminal Especial Comentada*. 2. ed.. São Paulo: JusPodivm, 2014.

LOPES, Maurício Antônio Ribeiro. *Direito penal, estado e constituição: princípios constitucionais politicamente conformadores do direito penal*. São Paulo: IBCCRIM, 1997.

LOTHAR, Michael; MORLOK, Martin. *Direitos fundamentais*. Tradução de António Francisco de Sousa e António Franco. São Paulo: Saraiva, 2016.

LUI SI, Luiz. *Os Princípios Constitucionais Penais*. 2. ed.. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

MACIEL, Adhemar Ferreira. Observações sobre a lei de repressão ao crime organizado. In: FRANCO, Alberto Silva; NUCCI, Guilherme de Souza (Org.). *Direito penal – doutrinas essenciais, volume VII*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 857-867.

MAIA, Carlos Rodolfo Tigre. *O Estado desorganizado contra o crime organizado: anotações à Lei Federal nº 9.034/95 (organizações criminosas)*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.

MAIEROVITCH, Wálter Fanganiello. As associações mafiosas. *Revista CEJ*, v. 1, n. 2, mai./ago. 1997. Disponível em <http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewArticle/102/145>. Acesso em 31.05.2016.

MARTINS, José Eduardo Figueiredo de Andrade. O conflito conceitual de organização criminosa nas Leis nº 12.694/12 e 12.850/13. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XVII, n. 121, fev. 2014, disponível em: http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14278&revista_caderno=3, acesso em 26 de maio de 2016.

MASI, Carlo Velho. O discurso político-criminal sobre o crime organizado no Brasil. *Revista Direito & Justiça*. Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 171-180, jul.-dez./2014, disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/17344/11147>, acesso em 05.06.2017.

MASSON, Cleber. *Direito penal esquematizado*, volume 3: parte especial, arts. 213 a 359-H. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2013.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. 12. ed. revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2017.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Comentários à lei de combate ao crime organizado: Lei nº 12.805/13*. São Paulo: Atlas, 2014.

MIGLIAVACCA, Luciano de Araújo; SOVERAL, Raquel Tomé. Segurança jurídica, jurisdição e efetividade do Direito. *Revista de Processo, Jurisdição e Efetividade da Justiça*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 190-205, jul/dez 2016,.

MILITELLO, Vincenzo. Lucha contra la criminalidade organizada de tipo mafioso y el sistema penal italiano. Tradução de Á. Sanz Hermida e J. Gimeno Beivá. In: GONZÁLEZ-CUÉLLAR SERRANO, Nicolás (Dir.). *Problemas actuales de la justicia penal: secreto profesional, cooperación jurídica internacional, víctimas de delitos, criminalidad organizada, personas jurídicas, eficacia y licitud de la prueba, prueba y derechos fundamentales*. Madri: COLEX, 2013. p. 119-136.

MINGARDI, Guaracy. *O Estado e o crime organizado*. São Paulo: IBCCRim, 1998.

MIR PUIG, Santiago. *Direito penal: fundamentos e teoria do delito*. Tradução de Cláudia Viana Garcia e José Carlos Nobre Porciúncula Neto. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. *Espírito das leis: as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes*. Tradução de Pedro Vieira Mota. 9. ed.. São Paulo: Saraiva, 2008.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 28. Ed.. São Paulo: Atlas, 2012.

MORAES, Alexandre Rocha Almeida de. A teoria dos mandados de criminalização e o combate efetivo à corrupção. *Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo*, v. 5, p. 43-68, 2014.

MORAES, Bismael B. *Estado e segurança diante do direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. Considerações gerais sobre a Lei 12.850/2013. In: PEDROSO, Fernando Gentil Gizzi de Almeida; HERNANDES, Luiz Eduardo Camargo Outeiro (Org.). *Direito penal econômico*. Salvador: Editora Juspodivm, 2017. p. 395-431.

MUÑOZ CONDE, Francisco. *Introducción al Derecho Penal*. 2. Ed.. Buenos Aires: Editorial IBdeF, 2014

NORONHA, E. Magalhães. *Direito penal*. Volume 1. 32.ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Leis penais e processuais penais comentadas*. Volume 2. 7. ed.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. *Manual de Direito Penal: Parte Geral Parte Especial*. 3. ed.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. *Organização Criminosa: comentários à lei 12.850, de 02 de agosto de 2013*. 1. ed.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

O ESTADO de São Paulo. *Processo contra membro do PCC está por trás de bloqueio do WhatsApp*. Disponível em: <<http://link.estadao.com.br/noticias/empresas,processo-contramembro-do-pcc-esta-por-tras-de-bloqueio-do-whatsapp,10000028735>>. Acesso em 06.10.2017.

OLIVEIRA, Luciano. Segurança: um direito humano para ser levado a sério. *Anuário dos Cursos de Pós-Graduação em Direito*, Recife: Universidade Federal de Pernambuco (Centro de Ciências Jurídicas – Faculdade de Direito do Recife), n. 11, p. 241-254, 2000.

OLIVEIRA, Rogério Filippetto de; APOLINÁRIO, Maria da Conceição Benevenuto. Máfia, crime organizado e associação criminosa: elementos para uma perspectiva brasileira. *De Jure – Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais*, v. 15, n. 27, p. 77-115, jul./dez. 2016.

PACELLI, Eugênio; CALLEGARI, André. *Manual de direito penal: parte geral*. São Paulo: Atlas, 2015.

PADRÃO, Márcio. Quão micro pode ser um celular? Veja os que estão “em alta” nos presídios. *UOL Notícias*: São Paulo, 26.05.2017. Disponível em: < <https://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/05/26/microcelulares-podem-entrar-nos-lugares-mais-absurdos-como-na-prisao.htm>>. Acesso em 20.09.2017.

PALAZZO, Francesco. *Valores constitucionais e direito penal: um estudo comparado*. Tradução de Gérson Pereira dos Santos. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1989.

PANCONI, Felipe Rocha. O medo como forma de controle social. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, ano 23, n. 278, p. 18-19, jan./2016.

PASCHOAL, Janaína Conceição. *Constituição, criminalização e direito penal mínimo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

PASSOS, Edilenice. Uso de telefone celular em prisões. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo, ano 9, n. 38, p. 247-256, abril-julho de 2002.

PAULA, Felipe de. *A (de)limitação dos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

PELLEGRINI, Angiolo; COSTA JR., Paulo José da. *Criminalidade organizada*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREIRA, Flávio Cardoso. *Crime organizado e sua infiltração nas instituições governamentais*. São Paulo: Atlas, 2015.

PEREIRA, Néli. Secretário diz que corpos de presos em Roraima foram decapitados e atribui massacre ao PCC. *BBC BRASIL*. 6 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38533307>, acesso em 04.11.2017.

PIERANGELI, José Henrique. *Códigos Penais do Brasil: evolução histórica*. 2. Ed.. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

PINTO, Antônio Ferreira. O Estado não pode abrir mão de sua autoridade. *Revista Carta Capital*. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/ferreira-pinto-201co-estado-nao-pode-abrir-mao-de-sua-autoridade201d-6255.html>. Acesso em 29.01.2016.

PITOMBO, Antônio Sérgio Altieri de Moraes. *Organização criminosa: nova perspectiva do tipo legal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PRADO, Luiz Regis. Associação criminosa – crime organizado (Lei 12.850/2013). In: BADARÓ, Gustavo Henrique (Org.). *Direito penal e processo penal: leis penais especiais I, volume V*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p. 351-404.

_____. *Tratado de direito penal brasileiro: parte especial: volume 7, arts. 312 a 359-H*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. *Tratado de direito penal brasileiro: parte especial: volume 8, direito penal econômico*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

PRADO, Luiz Regis; CASTRO, Bruna Azevedo de. Crime organizado e sistema jurídico brasileiro: a questão da conformação típica. In: FRANCO, Alberto Silva; NUCCI, Guilherme de Souza (Org.). *Direito Penal – doutrinas essenciais, volume VII*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 925-960.

QUEIROZ, Paulo. *Curso de direito penal: parte geral*. 10. ed.. Salvador: JusPODIVM, 2014.

_____. *Do caráter subsidiário do direito penal: lineamentos para um direito penal mínimo*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

RAMIREZ BARBOSA, Paula Andrea. Nuevas tendencias político-criminales en la lucha contra la criminalidad organizada. El modelo de Colombia en este ámbito. In: CALLEGARI, André Luís (Org.). *Crime Organizado: tipicidade – política criminal – investigação e processo: Brasil, Espanha e Colômbia*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008, p. 63-104.

RAMÍREZ, Mayra Duque. Crimen organizado transnacional: un desafío global. *XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología*, Guadalajara, 2007. Disponível em <http://cdsa.aacademica.org/000-066/228.pdf>, acesso em 09.11.2017.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 31. ed. São Paulo: Record, 1994. v. 1, v. 2.

REALE JÚNIOR, Miguel. Capítulo VIII – Dos crimes contra a paz pública. In: _____. (Coord.). *Direito penal: jurisprudência em debate*. 2. ed.. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 583-617.

_____. *Instituições de direito penal*. 4. ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

RINALDI, Stanislao. Criminalidade organizada de tipo mafioso e poder político na Itália. Tradução de Ana Lucia Sabadell e Theodomiro Dias Neteo. In: FRANCO, Alberto Silva; NUCCI, Guilherme de Souza (Org.). *Direito penal – doutrinas essenciais, volume VII*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 995-1013.

RODRÍGUEZ, Víctor Gabriel. Sobre segurança pública, tolerância e um Rolex de Ouro. *Jornal Carta Forense*, abril de 2015 (02.04.2015), A-22, disponível em <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/sobre-seguranca-publica-tolerancia-e-um-rolex-de-ouro/15176>. Acesso em 10/05/2017.

ROMAGNOLO, César Augusto. O que é criptografia? *Oficina da Net, Segurança Digital*. Disponível em: http://www.oficinadanet.com.br/artigo/443/o_que_e_criptografia>. Acesso em 03.10.2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social: princípios de direito político*. Tradução de J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. 3. ed.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

ROXIN, Claus. *A proteção de bens jurídicos como função do direito penal*. Tradução de André Luís Callegari e Nereu José Giacomolli. 2. ed.. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

_____. *Autoría y dominio del hecho en derecho penal*. Tradução de Joaquín Cuello Contreras e José Luis Serrano González de Murillo. Madrid: Marcial Pons, 1998.

_____. Observações sobre a decisão da Corte Suprema peruana no caso Fujimori. Tradução de Alaor Leite. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo: IBCCrim, ano 19, n. 91, p. 11-20, jul.-ago. 2011.

_____. *Política criminal e sistema jurídico-penal*. Tradução de Luís Greco. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

_____. Tem futuro o direito penal? Tradução de Luís Greco. In: FRANCO, Alberto Silva; NUCCI, Guilherme de Souza (Org.). *Direito penal – doutrinas essenciais, volume I*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 569-589.

ROXIN, Claus; ARZT, Gunther; TIEDMANN, Klaus. *Introdução ao direito penal e ao direito processual penal*. Tradução de Gercélia Batista de Oliveira Mendes. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

RUDÁ, Antônio Sólon. *Breve história do direito penal e da criminologia: do primitivismo criminal à era das escolas penais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SÁ, Alvino Augusto de. Prisionização: um dilema para o cárcere e um desafio para a comunidade. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo: IBCCrim, ano 6, n. 21, p. 117-123, abr./mar. 1998.

SANNINI NETO, Francisco. Diferenças entre a polícia investigativa e a polícia judiciária. *Consultor Jurídico*, 1º de março de 2017. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2017-mar-01/francisco-sannini-diferencas-entre-policia-investigativa-judiciaria>. Acesso em 10.05.2017.

SANTA TERRA JUNIOR, João. Apontamentos a respeito da persecução criminal no contexto da fraude fiscal estruturada. In: PEDROSO, Fernando Gentil Gizzi de Almeida; HERNANDES, Luiz Eduardo Camargo Outeiro (Org.). *Direito penal econômico*. Salvador: Editora JusPodivm, 2017. P. 547-572.

_____. Breve análise das atuais modificações legislativas relativas ao combate à criminalidade organizada decorrentes da lei 12.694, de 24 de julho de 2012. *Revista Jurídica O Saber Completamente*, v. 1, n. 3, p. 14-22, maio/2013.

SANTA TERRA JUNIOR, João et al. Manual Prático de Enfrentamento ao Crime Organizado. In: Ministério Público do Estado de São Paulo, Centro de Apoio Operacional Criminal. *Manuais de atuação criminal especializada: manual geral & Promotorias Especializadas – volume 2*. São Paulo: Ministério Público do Estado de São Paulo, 2014. P. 79-152.

SANTIN, Valter Foletto. *Controle judicial da segurança pública: eficiência do serviço na prevenção e repressão ao crime*. 2. ed.. São Paulo: Verbatim, 2013.

_____. A participação do ministério público e do cidadão na política de segurança pública. *Revista Justitia*. São Paulo, v. 193, p. 38-46, 2001.

SANTOS, Altamiro J. dos. *Direito de segurança pública e legítima defesa social*. São Paulo: LTR Editora, 2006.

SANTOS, Hugo Leonardo Rodrigues. 40 Anos de vigiar e punir. *Boletim IBCCRIM*, ano 24, nº 282, p. 14-15, maio/2016.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de direito constitucional*. 6. ed.. São Paulo: Saraiva, 2017.

SARTÓRIO, Milton Tiago Elias Santos. A falta grave pela utilização de aparelho celular de acordo com a lei 11.466/07. *Boletim IBCCRIM*, ano 15, n. 174, p. 14-15, maio/2007.

SAVIANO, Roberto. *A máquina da lama: histórias da Itália de hoje*. Tradução de Joana Angélica d'Ávila Melo. 1. ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SHIMIZU, Bruno. *Solidariedade e gregarismo nas facções criminosas: um estudo criminológico à luz da psicologia das massas*. 2011. 228 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2011.

SILVA, Eduardo Araújo da. *Crime organizado: procedimento probatório*. 2. ed.. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

_____. *Organizações criminosas: aspectos penais e processuais da lei nº 12.850/13*. 2. ed.. São Paulo: Atlas, 2015.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 20. ed.. São Paulo: Malheiros, 2002.

SILVA, Márcio Alberto Gomes. *Organizações criminosas: uma análise jurídica e pragmática da Lei 12.850/13*. 2. ed.. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

SILVA, Ricardo Sidi Machado da. *A interceptação das comunicações telemáticas no processo penal*. 2014. 266 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2014.

SILVA JUNIOR, Gaspar Pereira da. *Facção criminosa*. In: MESSA, Ana Flávia; CARNEIRO, José Reinaldo Guimarães (Coord.). *Crime organizado*. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 113-139.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. *La expansión del derecho penal: aspectos de la política criminal en las sociedades postindustriales*. 3. ed ampl. Buenos Aires: Editorial IBdeF, 2011.

_____. ¿Nullum crimen sine poena? Sobre las doctrinas penales de la “lucha contra la impunidad” y del “derecho de la víctima al castigo del autor”. In: MIR PUIG, Santiago (Dir.). *Derecho penal del siglo XXI*. Madrid: Consejo General del Poder Judicial, 2007. p. 325-361.

SILVEIRA, José Braz da. *A proteção à testemunha e o crime organizado no Brasil*. 2. ed.. Curitiba: Juruá, 2011.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. Do atual desvirtuamento da imputação do crime de quadrilha ou bando na realidade brasileira. In: BADARÓ, Gustavo Henrique (Org.). *Direito penal e processo penal: leis penais especiais I – volume V*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p. 475-486.

SMANIO, Gianpaolo Poggio. Teoria geral do direito penal e a atuação do Estado em face do crime organizado. In: MESSA, Ana Flávia; CARNEIRO, José Reinaldo Guimarães (Coord.). *Crime organizado*. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 173-186.

SOUZA, Alexander Araújo de. *Criminalità Organizzata*. Canterano: Aracne Editrice, 2016.

SOUZA, Artur de Brito Gueiros. Teoria do domínio do fato e sua aplicação na criminalidade empresarial: aspectos teóricos e práticos. In: BADARÓ, Gustavo Henrique (Org.). *Direito penal e processual penal: parte geral – volume II*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p. 1043-1076.

SOUZA, Fátima. *PCC, a facção*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SOUZA, Percival de. *Sindicato do crime: PCC e outros grupos*. São Paulo: Ediouro, 2006.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. A segurança pública na Constituição Federal de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das políticas. *Revista de Direito do Estado*, ano 2, n. 8, p. 19-73, out./dez. 2007.

_____. Da segurança pública. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lenio Luiz (Coord.). *Comentários à constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013. p. 1583-1588.

STRECK, Lenio Luiz. Entre Hobbes e Rousseau – a dupla face do princípio da proporcionalidade e o cabimento de mandado de segurança em matéria criminal. In: _____. (Org.). *Direito penal em tempos de crise*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007. p. 75-110.

STRECK, Maria Luiza Schäfer. *Direito penal e constituição: a face oculta da proteção dos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

TAVARES, André Ramos. *Curso de direito constitucional*. 12. ed.. São Paulo: Saraiva, 2014.

TOLEDO, Francisco de Assis. *Princípios básicos de direito penal*. 5. ed.. São Paulo: Saraiva, 1994.

TOLENTINO NETO, Francisco. Histórico do crime organizado. In: MESSA, Ana Flávia; CARNEIRO, José Reinaldo Guimarães (Coord.). *Crime organizado*. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 42-59.

TRUMPER, John B. et. al. *Male lingue: vecchi e novi codici delle mafie*. Cosenza: Pellegrini Editore, 2014.

UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE. *Jefferson County Jail Supervisor Found Guilty of providing Prisoner with Cell Phone*. 15 de dezembro de 2016. Disponível em <https://www.justice.gov/usao-edtx/pr/jefferson-county-jail-supervisor-found-guilty-providing-prisoner-cell-phone>, acesso em 31.10.2017.

UPRIMNY, Rodrigo. Violência, Ordem Democrática e Direitos Humanos. *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, n. 30, 1993, p. 103-104.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. *Segurança: bem jurídico supranacional*. JANUS.NET e-journal of International Relations. v. 3, n. 2, outono 2012. Disponível em http://observare.ual.pt/janus.net/pt/n%C3%BAmoros-anteriores/66-portugues-pt/v-3-n-2-2012-outono/artigos/191-pt-pt_vol3_n2_art4, acesso em 18.05.2017.

_____. *Teoria geral do direito policial*. 4. ed.. Coimbra: Almedina, 2014.

VARGAS, Rogério Rodrigues de. *UESC Comunicação Social (Telemática)*. Disponível em <http://slideplayer.com.br/slide/1768769/>, acesso em 21.09.2017.

VIDALES RODRÍGUEZ, Caty. Delincuencia organizada y medios tecnológicos avanzados: el subtipo agravado previsto en relación con organizaciones y grupos criminales. In: GONZÁLEZ CUSSAC, José Luis; CUERDA ARNAU, María Luisa (Dir.). *Nuevas amenazas a la Seguridad Nacional: terrorismo, criminalidad organizada y tecnologías de la información y la comunicación*. Valência: Tirant lo blanch, 2013, p. 489-505.

WELTER, Belmiro Pedro. *Execução penal: harmonização entre os princípios da segurança, da paz, da ordem social e da ressocialização*. Disponível em https://www.mprs.mp.br/atuacaomp/not_artigos/id14908.htm?impressao=1, acesso em 26.05.2017.

WOLF, Rafael. Anotações acerca do art. 349-A do Código Penal. *Revista de Doutrina da 4ª Região*, n. 34, fev. 2010, disponível em https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/35183/Anota%C3%A7%C3%B5es_acerca_art_wolff.pdf, acesso em 31.10.2017.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Crime organizado: uma categorização frustrada. *Discursos Sediosos: Crime, Direito e Sociedade*. v. 1, n. 1, p. 45-67, jan./jun. 1996.

_____. *Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal*. 5. ed.. Tradução de Vania Romano Pedrosa e Amir Lopez da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de direito penal brasileiro: volume I: parte geral*. 9. ed.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

ZANELLA, Everton Luiz. *Infiltração de agentes e o combate ao crime organizado: análise do mecanismo probatório sob o enfoque da eficiência e do garantismo*. Curitiba: Juruá, 2016.